

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

MARÍLIA JOSEANE SILVA

**A FORMAÇÃO DO LEITOR ATRAVÉS DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS:
um estudo de caso no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS
Santa Maria**

Orientador: Prof. Me. ANTONIO
EDILBERTO COSTA SANTIAGO

**SÃO CRISTOVÃO/SE
2018**

MARÍLIA JOSEANE SILVA

**A FORMAÇÃO DO LEITOR ATRAVÉS DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS:
um estudo de caso no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS
Santa Maria**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal
de Sergipe para obtenção do grau de
bacharel em Biblioteconomia e
Documentação.

Orientador: Prof. Me. ANTONIO
EDILBERTO COSTA SANTIAGO

**SÃO CRISTOVÃO/SE
2018**

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

S581f	<p>Silva, Marília Joseane</p> <p>A formação do leitor através da contação de histórias: um estudo de caso no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS Santa Maria / Marília Joseane Silva; orientador Prof. Ms. Antônio Edilberto Costa Santiago. - São Cristóvão, 2018.</p> <p>64 f.: il.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência da Informação, São Cristóvão, 2018.</p> <p>1. Formação do leitor. 2. Contação de histórias. 3. Leitura. I. Santiago, Antonio Edilberto Costa, orientador. II. Centro de Referência da Assistência Social - CRAS Santa Maria. III. Título.</p> <p>CDD: 028.55 CDU: 028.5</p>
-------	--

**A FORMAÇÃO DO LEITOR ATRAVÉS DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS:
UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL - CRAS SANTA MARIA**

MARÍLIA JOSEANE SILVA

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal
de Sergipe para obtenção do grau de
bacharel em Biblioteconomia e
Documentação.

NOTA: _____

Data da Apresentação: de agosto de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Antonio Edilberto Costa Santiago
Orientador (UFS)

Profa. Dra. Telma de Carvalho (UFS)
Membro Interno (UFS)

Prof. Me. Luiz Marchiotti Fernandes
Membro Externo (UFS)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	– Elementos fundamentais para que haja uma boa contação de histórias	26
Quadro 2	– Faixa etária na literatura infantil	30
Gráfico 1	– Perfil dos entrevistados	49
Gráfico 2	– Nível de escolaridade	50
Gráfico 3	– Gêneros mais lidos pelas entrevistadas	52
Gráfico 4	– O ato de ler com os filhos	54

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEAS	Certificado de Entidades Benéficas de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica da Assistência Social
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Serviço Único da Assistência Social
TIC	Tecnologias de comunicação e informação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	LEITURA	14
3	CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	19
3.1	O contador de histórias	23
3.2	As histórias que são contadas	29
4	FORMAÇÃO DO LEITOR	34
5	CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	38
5.1	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	40
5.1.1	O papel dos recursos humanos no desenvolvimento das ações	42
6	METODOLOGIA	46
7	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	49
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	58
	APÊNDICE A	63

1 INTRODUÇÃO

Contar histórias é uma das artes mais antigas da humanidade. Na Idade Média o contador de história era sempre bem-vindo e respeitado em toda parte pelo prazer que as suas histórias proporcionavam. A contação de história tem papel importante na construção das sociedades, vez que muitos faziam uso da contação oral para transmitir conhecimentos sobre períodos anteriores ao que viviam.

Em tempos não muito distantes poderíamos presenciar a reunião entre as famílias, ao redor da mesa após o jantar, na sala de uma residência, nas calçadas, principalmente no interior das grandes e pequenas cidades. A presença de um grupo de familiares que a noite, reunia-se para contar a história da família, causos e assombrações. Era um momento no qual se tinha a oportunidade de a família ficar reunida em torno de seu representante, muitas vezes um avô, uma avó, desfrutando de suas vivências e das histórias de seus antepassados.

Atualmente, muito provavelmente não exista mais esta oportunidade, vez que tanto as grandes cidades, quanto as pequenas e até as vilas e os pequenos povoados desenvolveram-se de tal forma, que seus habitantes preencheram seu tempo com as tecnologias digitais de comunicação e informação (TIC) advindas com o desenvolvimento. Aquela comunicação ao redor da mesa foi gradativamente substituída pela presença da televisão. Não se presencia mais as reuniões entre as famílias, e o uso das TICs como, por exemplo, o telefone móvel, e pelo uso da internet através das redes sociais para comunicação tem se tornado frequente.

Neste sentido, Gomide (2013) afirma que hoje “internet, televisão e videogames competem com os livros”. Com isso faz com que a transmissão do conhecimento entre as gerações fique estagnada, num tempo em que provavelmente permanecerá apenas na lembrança.

Segundo Abramovich (1997 apud CASTRO, 2007, p. 2) quando as crianças ouvem histórias, passam a visualizar de forma mais clara, sentimentos que têm em relação ao mundo. As histórias trabalham problemas existenciais típicos da infância, como

medos, sentimentos de inveja e de carinho, curiosidade, dor, perda, além de ensinarem infinitos assuntos.

Neste sentido, Aguiar (2013, p. 19) assim se manifesta: “no mundo de hoje, a mídia tem substituído cada vez mais o ‘estar em família’, o diálogo, o aconchego, o brincar, o sorrir, o desenvolver a afetividade, o olhar nos olhos, por imagens prontas e acomodativas”. Para o citado autor o ato de “[...] ouvir ou contar histórias parece ter desaparecido no nosso lar em nosso cotidiano”, o que é bastante preocupante. São raras as ocasiões em que a família reúne-se sem que haja a presença constante de um meio eletrônico entre os seus.

Aguiar (2013) acrescenta ainda que quando as crianças são envolvidas pelas magias e pelos encantos apresentadas pelos contadores de histórias, vez que elas gostam de contar e ouvir histórias, naturalmente se enveredam por caminhos que as conduzirão para a leitura. Para o citado autor, “formar leitores não é responsabilidade tão somente da escola; a família e a sociedade também são corresponsáveis” (AGUIAR, 2013, p. 25), portanto, o trabalho em conjunto entre estes faz toda a diferença na formação de leitores, onde o maior beneficiário é aquele que dela colherá bons frutos, neste caso, o leitor.

Um exame das variações dos hábitos de leitura de uma nação para outra demonstra que o lugar ocupado pelos livros na escola de valores dos responsáveis pela sua promoção é de primeira importância: todas as autoridades do Estado, da comunidade e da escola, todos os professores, pais e pedagogos precisam estar seriamente convencidos da importância da leitura e dos livros para a vida individual, social e cultural, se quiserem contribuir para melhorar a situação. Essa mesma convicção deve ser então transmitida aos que estão aprendendo a ler de modo apropriado à fase do seu desenvolvimento. (BARBERGER, 1991, p. 9).

Muito se observa que nas discussões sobre educação, principalmente sobre o papel da escola na formação do indivíduo, do cidadão, questionamentos sobre instrução e educação estão sempre em pauta. Quando se trata do estabelecimento de uma política de parcerias o que se observa é que existe um “jogo de empurra”, entre pais e educadores. A família (pais e responsáveis outros) transferiu para a escola o papel de educar, e instruir seus filhos. A escola por sua vez, diante das dificuldades enfrentadas tais como: baixos salários dos professores; pouco reconhecimento; falta de estrutura; carência de recursos; falta de biblioteca etc., tem dificuldades para

cumprir sua missão que deveria ser a instrução. Observe-se que neste contexto a escola tem uma real necessidade da participação cada vez maior da família, em ações de parceria, contribuindo assim na instrução e educação dos seus filhos, para que eles sejam no futuro cidadãos honestos, participativos, colaborativos e conscientes de suas responsabilidades sociais, éticas e morais.

Assim, não mais sofreriam com isto aqueles que se acreditam os atores principais: os estudantes e, em especial, as crianças e os adolescentes. A falta de comprometimento daqueles que deveriam fortalecer a educação só contribui para que cada vez mais exista evasão escolar, pois as pessoas não são estimuladas para completar seus estudos.

Nas comunidades pobres, nas quais o índice de desenvolvimento socioeconômico é baixo, o educacional, por conseguinte, é menor ainda. Nessas comunidades pode-se, sem muito esforço, constatar que o compromisso com a educação só acontece diante das cobranças dos programas assistências de transferência de renda oferecida pelo governo, tais como o programa Bolsa Família que é reflexo disto, mediante suas condicionalidades. Estas consistem na vinculação do recebimento da transferência de renda ao cumprimento de compromissos ou condicionalidades por parte das famílias nas áreas de saúde, educação e assistência social; é uma condição básica os filhos estarem matriculados em estabelecimento de ensino regular e cursando com frequência mínima de 85%, conforme art. 3º da Lei nº .10.836 de 2004 (BRASIL, 2004).

No que diz respeito ao ato de ler em família, este é praticamente inexistente. O exemplo que muitas vezes se tem em casa é de um adulto “fissurado” em tecnologia. O diálogo foi substituído pela televisão que tem, entre outros programas, os desenhos animados que atraem e prendem muito a atenção da criança. Muitas famílias recorrem a este recurso com a desculpa de que desta forma, a criança deixa espaço para que sejam executadas as atividades domésticas. A leitura de um jornal ou revista tem se tornado hábito familiar raro, isso porque cada vez mais se tem optado pelo uso das TICs. Assim sendo, mesmo nos momentos em que os responsáveis poderiam e deveriam se dedicar aos seus, eles permanecem cativos à televisão, aos vídeos, à internet e, na maioria das vezes, às redes sociais.

Para estudiosos como Jean Piaget e Sigmund Freud, a base do desenvolvimento afetivo e da interpretação do mundo reside na primeira e na segunda fase da infância. A criança sente uma curiosidade inata por tudo e, de igual modo, pelos livros (AGUIAR, 2013). Nessas fases do desenvolvimento a criança desenvolve-se psicologicamente, apresenta mudanças comportamentais, como também a construção de sua personalidade.

Neste contexto, Letícia Strehl ([ca. 1996]), afirma que a leitura surge no contexto social como fonte enriquecedora de ideias, como instrumento de democratização do conhecimento. Apenas com a educação integral fundamentada na consciência social será possível a formação de uma sociedade realmente politizada, justa e democrática. Onde o cidadão conhecedor dos seus direitos, torna-se mais participativo e empoderado.

Segundo Kleiman (1998 apud Padilha, 2016, p. 5), ao lermos um texto, qualquer texto, colocamos em ação todo o nosso sistema de valores, crenças e atitudes que refletem o grupo social em que se deu nossa sociabilização primária, isto é, o grupo social em que nascemos e fomos educados. Por isso, podemos afirmar que a leitura enquanto prática social é algo bastante complexo, pois está intimamente ligado às nossas raízes socioculturais e conseqüentemente à formação da nossa cidadania.

Neste sentido, Aguiar (2013, p. 25) afirma que “o caminho para a leitura se inicia na infância quando as crianças começam a gostar de contar e ouvir histórias”. Note-se, que neste contexto, a expressão “era uma vez...”, são as primeiras palavras ouvidas pela criança; e a partir deste momento abre-se um portal para o mundo da imaginação e da criatividade, onde fantasia e realidade fundem-se e permitem a criação de novas “viagens...”. O fato de não saber ler ainda, não impede que crianças tenham seus pensamentos aflorados. O adulto torna-se o mediador entre a criança e o livro, para isso utiliza de boa entonação e emoção na contação das histórias transmitidas.

O primeiro contato da criança com a leitura, com textos, é feito oralmente, quando a mãe, o pai, o avô, a avó, algum parente ou responsável se

dispões a contar-lhes histórias, desfiar os contos de fadas, as fábulas, as parábolas, as narrativas inventadas etc. (AGUIAR, 2013, p. 11).

Observe-se, portanto, que a responsabilidade da formação de leitores é de todos nós, e não apenas da escola; é também da família e da sociedade como um todo. O desenvolvimento infantil, estudado por muitos autores nos mostra a importância que têm as pessoas envolvidas com a criança desde as primeiras fases do seu desenvolvimento.

A leitura permite à criança, conhecer um mundo que lhe é totalmente desconhecido, que ela ainda não viu, mas que nele se reconhecerá e poderá identificar suas próprias emoções e também as dos outros. Desta forma a leitura revela-se bastante importante, pois traz de maneira prazerosa aquilo que fora passado pela família anteriormente.

A formação do leitor, conforme Vieira ([ca. 2002]) inicia-se no âmbito familiar e se processa em longo prazo, tendo mediadores como: bibliotecários, professores, e no caso específico retratado: a família, pois é através da leitura que encontramos a possibilidade de nos instruir, educar e também divertir.

A história é um elemento de primeira grandeza na educação da criança e o uso intencional da mesma pode auxiliar e despertar o desejo de praticar o bem, de cuidar de sua existência; fortalece conceitos e ensinamentos sobre higiene corporal, alimentação, prevenção da saúde e do meio ambiente; resgata a importância da educação e o cuidado na conservação das escolas e dos livros etc.

Neste contexto insere-se este projeto de pesquisa que pretende identificar e analisar como a contação de histórias pode influenciar no desenvolvimento de crianças e adolescentes, em especial as participantes do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que atende a comunidade do bairro Santa Maria, localizado na cidade de Aracaju-SE.

A gestão da assistência social está estabelecida de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2014), em níveis de inicial, básica e plena.

O CRAS é a unidade em torno da qual se organizam os serviços de proteção básica, do que decorre sua função de gestão local. Espaço físico, organização do mesmo e das atividades, funcionamento e recursos humanos devem manter coerência com a concepção de trabalho social com famílias, diferenciando o serviço que deve dos que podem ser ofertado no CRAS (BRASIL, 2009, p. 7).

O CRAS é o ambiente físico para a oferta do programa de atenção integral as famílias (PAIF). E para que haja o desenvolvimento de ações no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, o CRAS deve dispor de espaço físico, material, equipamentos e de equipe técnica com profissionais compatíveis com as orientações específicas de cada serviço, e de modo a não prejudicar o desenvolvimento das atividades planejadas do PAIF.

Neste sentido insere-se esta pesquisa que tem como tema a influência da contação de histórias no desenvolvimento do hábito da leitura. Apresenta o seguinte problema da pesquisa: a contação de histórias pode influenciar no desenvolvimento do hábito da leitura dos participantes do SCFV do CRAS - Santa Maria? Traz como objetivo geral: identificar e analisar como a contação de histórias pode influenciar no desenvolvimento de crianças e adolescentes que participam das atividades socioeducativas do SCVF/CRAS-Santa Maria.

Apresentam-se como objetivos específicos: identificar e analisar as fases do desenvolvimento da contação de histórias; analisar a contação de histórias na formação do leitor; identificar e analisar como os pais das crianças/adolescentes incentivam a leitura; identificar e analisar o hábito da leitura das crianças/adolescentes do CRAS-Santa Maria. Tem como hipótese inicial que os participantes do SCFV do CRAS Santa Maria são influenciados pela contação de histórias, e apresentam desenvolvimento pelo gosto pela leitura e a incentivam.

A motivação inicial para elaboração deste trabalho partiu de experiência pessoal quando ao presentear algumas crianças com livros de contos de fadas, as crianças manifestavam sempre com o desejo de ouvir mais uma história. Os livros presenteados foram selecionados de acordo com a faixa etária de cada criança. Para o desenvolvimento das atividades no CRAS foram executadas atividades de

contação de histórias na Biblioteca Pública Infantil de Sergipe para crianças e adolescentes participantes do SCFV do CRAS-Santa Maria. Nas ocasiões das visitas, a contação de histórias era sempre associada com a confecção de dobraduras e desenhos para colorir.

Justificou-se o desenvolvimento da pesquisa por buscar conhecer e desenvolver o hábito da leitura em crianças, tendo os pais como participantes e colaboradores nesse processo. Tem como o motivo principal a necessidade de conhecer como a família tem influenciado o hábito da leitura das crianças em séries iniciais, o que caracteriza o estudo como relevante, pois além de conhecer, visa informar, sensibilizar e incentivar crianças, pais e responsáveis sobre a importância que deve ser dada à formação do hábito da leitura desde cedo.

Trata-se de um estudo no qual foi possível observar a influência da contação de histórias no desenvolvimento do hábito da leitura – cujos participantes são oriundos de uma comunidade na qual o índice de desenvolvimento socioeconômico encontra-se arrolado aos programas de transferência de renda oferecidos pelo governo federal, através do Programa Bolsa Família.

Buscou-se, com base nos resultados estudados, estimular através do constante incentivo ao hábito da leitura por parte das crianças, pais e responsáveis, além dos profissionais que estão em contato direto com os participantes do SCFV.

O vínculo da autora com o tema proposto é positivo, haja vista que a mesma exerceu suas atividades profissionais em Serviço Social, sendo técnica de referência do SCFV entre os anos de maio de 2012 a dezembro de 2015, serviço este que tem entre suas principais ações o atendimento a crianças e seus responsáveis.

A relevância social do tema consiste na possibilidade de incentivar o hábito da leitura em crianças que por terem em suas residências o costume de ver seus responsáveis cultivarem este hábito, permanecem sem demonstrar interesse.

As ações do SCFV são desenvolvidas no CRAS- Santa Maria através do trabalho da equipe técnica, juntamente com educadores sociais. Estes profissionais são responsáveis pela organização das atividades que tem como objetivo principal de

acolher crianças e adolescentes que foram retiradas da situação de trabalho infantil, bem como aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário com perguntas estruturadas e adaptadas a realidade das entrevistadas.

O presente trabalho apresenta a seguinte estrutura: o primeiro capítulo trata da introdução, onde são apresentadas as primeiras ideias a respeito do tema apresentado. O segundo capítulo: Leitura, no qual são demonstrados a importância de se incentivar o hábito da leitura desde a primeira fase da infância de uma criança, abordando a participação de pais e educadores; o terceiro capítulo: Contação de história, onde está apresentado o quão é importante que haja o contato do livro com a criança desde sua primeira infância, nele são apresentados algumas técnicas para uma boa contação; quarto capítulo: Formação do leitor, mostra que para formar leitores precisamos de contribuições que vão além da contação de histórias, a participação de pais e educadores nesse processo é fundamental, além do uso das bibliotecas. No capítulo cinco: Centro de Referência da Assistência Social é explanado as definições e atividades exercidas no equipamento. No sexto capítulo: Metodologia, podemos visualizar o local onde foi realizada a pesquisa. O sétimo capítulo: Análise e discussão dos dados, são apresentadas as respostas das entrevistas, bem como o que falam alguns autores a respeito das respostas dadas. Por fim, encontramos nas considerações finais a análise da autora e suas pontuações a respeito do que foi visualizado no período em que ocorreu a pesquisa.

2 LEITURA

Sabe-se que no princípio da humanidade a forma de comunicação utilizada era através dos gestos, grunhidos, gritos e pinturas nas paredes, ainda nos tempos de hoje encontradas por pesquisadores. Estes elementos funcionavam como códigos que tinham a função de comunicar, e que podem também ser considerados uma forma de leitura.

No processo da leitura, seja através de imagens ou da união de palavras, pode-se imaginar tempos e lugares da história em que jamais poderíamos visitar. Para Stocker (2011, p. 56), “o ato de ler é um exercício de indagação, de reflexão crítica, de entendimento, de captação de símbolos e sinais, de mensagens, de conteúdo, de informação”. Acrescenta ainda, que “a leitura é um processo de interação entre o leitor e o texto; nesse processo tenta-se satisfazer os objetivos que guiam a leitura, desta forma o leitor constrói o significado do texto” (STOKER, 2011, p. 11).

A leitura, além de despertar na criança o gosto pelos bons livros e pelo hábito de ler, contribui para despertar a valorização exata das coisas, desenvolvendo suas potencialidades, estimulando sua curiosidade, fazendo-a inquietar por tudo que é novo, ampliar seus horizontes e progredir. (STOCKER, 2014, p. 25).

Quando se trata de crianças, mais especificamente as de primeira infância, pode-se deixar o livro de fácil acesso, o que pode gerar nela o desejo de conhecer aquele objeto. É aconselhável que se realize uma leitura previamente do livro, mostrando à criança as ilustrações, indicando inclusive onde se está lendo, mesmo que a criança ainda não seja alfabetizada, para que num futuro próximo ela possa se interessar pela leitura de textos na fase de pré-escola. Observa-se neste contexto que a leitura possibilita ao indivíduo conectar-se com informações, conexões, e percepções que foram construídos por outros.

A leitura urge no contexto social como fonte enriquecedora de ideias, como instrumento de democratização do conhecimento. Apenas com a Educação Integral fundamentada na consciência social será possível a formação de uma sociedade brasileira justa, realmente política e democrática (STREHL, 1996, p. 6).

Para que possamos criar o gosto pela leitura, os pais no cotidiano da família podem inserir a leitura como algo natural e rotineiro, mostrando ao filho o que se está lendo, contando uma história. Assim, pode-se constatar que “o caminho para a leitura se inicia na infância quando as crianças começam a gostar de contar e ouvir histórias. E formar leitores não é responsabilidade tão somente na escola; a família e a sociedade também são corresponsáveis” (AGUIAR, 2013, p. 25). O estímulo ao hábito da leitura ainda na primeira infância aumenta a criatividade, concentração, atenção e memória.

Em consequência disso se a criança ainda na sua infância, antes mesmo de iniciar a vida estudantil, tiver a participação dos seus pais e familiares que dando início ao processo de leitura, e tendo sua continuidade através do educador, terá o gosto pela leitura fortalecido. Para isso a colaboração entre pais e educadores é fundamental no processo de leitura, pois quando existe um profissional comprometido com o incentivo a leitura e pais que compartilham da mesma ideia, o grande beneficiado é a criança. Que desde a infância adquire o hábito da leitura, podendo a tornar-se um indivíduo mais crítico e conseqüentemente mais difícil de ser manipulado por falsas informações.

Segundo Aguiar, (2013, p. 11) o primeiro contato da criança com a leitura, com textos, é feito oralmente, quando a mãe, o pai, o avô, a avó, algum parente ou responsável se dispões a contar-lhes histórias, desfiar os contos de fadas, as fabulas, as parábolas, as narrativas inventadas etc. Aproveitar o tempo com uma criança faz muita diferença. Muitas vezes nós adultos temos a ideia de que ainda na primeira infância muito pouco pode ser absorvido o ensinamento de um adulto para uma criança. No entanto, na fase inicial da infância, ainda no ventre podemos ensinar hábitos que podemos levar por toda a vida.

Poderíamos dizer que o primeiro mediador da leitura deveria ser a família, pois são os primeiros a estabelecer o elo de ligação entre a criança e o mundo; mas, em geral, os pais e demais membros da família não têm a dimensão da influência que podem exercer sobre as crianças no sentido de motivá-las à leitura. Para isso, compreender as fases do desenvolvimento da criança, é fundamental no estímulo, para que possa desenvolver-se de acordo com cada fase do desenvolvimento (FURLAN, 2012).

Através da leitura o indivíduo contribui para seu enriquecimento pessoal, assim como para sua concepção de mundo. A leitura é grande responsável pelo desenvolvimento econômico e social de uma sociedade, pois permite ampliar percepção, desenvolvimento nos indivíduos a observação crítica dos fatos, da realidade.

Assim sendo, para que possa haver uma compreensão crítica faz-se necessário que o indivíduo assimile à leitura a sua realidade, pois do contrário ela será absorvida e não ocasionará mudança naquele que a recebeu, tornando-se mero “repetidor”. Paulo Freire diz que: ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Parodiando-o e também ousando divergir neste caso, se poderia dizer: ninguém ensina ninguém a ler; o aprendizado é, em última instância, solitário, embora se desencadeie e se desenvolva na convivência com os outros e com o mundo. (MARTINS, 2012, p. 12). O mundo exterior, ou seja, aquele que não está em nós, mas que tem influência nas nossas decisões.

Em tempos em que a educação encontra-se desvalorizada, que conhecimento pode fortalecer um indivíduo e isso pode modificar os planos dos pequenos detentores de poder, o conhecimento através da leitura pode tornar um potente meio de fortalecimento da massa.

Na história da educação muitas vezes os jovens são tão completamente desviados do seu caminho por um novo encontro que passam a perseguir interesses inteiramente novos, às vezes positivos, mas frequentemente de efeito negativo sobre os outros e sobre a sociedade. Seja como for, os psicólogos descobriram que quanto mais cedo se influenciarem as crianças, tanto mais eficaz será a influência: pois “a criança é o pai do homem”(BAMBERGER, 1991, p. 63)

Mesmo com uma política de educação que garante a matrícula em instituição de ensino próximo ao domicílio, podemos verificar que essa realidade está um pouco distante de ser concretizada. É notório que crianças e adolescentes estão fora das instituições de ensino, e muitos dos que estão inseridos estão fora da faixa etária da série\ano que inicialmente foi pensado. Muitas instituições de ensino, simplesmente transferem os alunos para a série posterior, sem mesmo estar apto a acompanhar o desenvolvimento dos demais colegas de turma.

Assim, se saber ler textos escritos e escrever ainda hoje é algo a que não se tem acesso naturalmente (o analfabetismo persiste mesmo em países desenvolvidos), entre os antigos era privilégio de pouquíssimos. E o aprendizado se baseava em disciplina rígida, por meio de método analítico caracterizado pelo progresso passo a passo: primeiro, decorar o alfabeto; depois, soletrar; por fim, decodificar palavras isoladas, frases, até chegar a textos contínuos (MARTINS, 2012, p. 23).

Contudo, sabe-se que a realidade familiar de muitas crianças não possibilita a participação dos pais no incentivo ao hábito da leitura. Haja vista que, muitos desses pais abandonaram seus estudos para prover as necessidades de suas famílias, como também a necessidade de trabalhar dos pais, e assim, necessitando deixar seus filhos em instituições pouco comprometidas com a educação das crianças.

A tarefa de educar não é considerada uma das mais fáceis. Principalmente nos dias em que as crianças estão indo cada vez mais cedo para creches, escolinhas e até mesmo sob os cuidados de um profissional que não tem vínculo afetivo. Os pais precisam trabalhar cada vez mais cedo, e assim poder garantir uma qualidade de vida a seus filhos. A criação do caráter do indivíduo deve ser formada desde a infância, e nesta fase onde a qualidade de aproveitamento do tempo com os filhos deve ser diária. O período que compreende do nascimento até os 6 anos de idade é que podemos transmitir valores e educar para a vida. Através da leitura de historinhas, os pais tem a oportunidade de transmitir esses valores, favorecendo a relação entre adulto e criança.

A criança em sua primeira e segunda fase do desenvolvimento, inicia o processo de interação com aqueles em que estão em contato vez que ainda não verbaliza suas necessidades, e não compreende ao certo o mundo que vive, é bastante influenciada pelo meio ao qual está inserida, compete àqueles que se encontram mais próximos principalmente pais e educadores, orientarem na construção de bons hábitos.

Assim, se a criança na sua infância, for estimulada de maneira positiva, seja através da família ou do educador, posteriormente na sua fase adulta, tornar-se á um adulto comprometido com o mundo ao qual sente-se inserido.

No próximo capítulo, tratamos da contação de histórias, nele podemos visualizar o que autores como Sisto (2005), Aguiar (2013) e outros conversam sobre o tema e sua importância.

3 CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

Contar histórias é uma das artes mais antigas da humanidade. Podemos identificar a contação de história desde a Bíblia que por meio das histórias, dos índios e tribais que transmitiam o conhecimento acumulado por gerações.

Desde sempre, o homem contou histórias, deu vazão à sua intrínseca necessidade de comunicação, traduzindo, por meio de palavras, os acontecimentos cotidianos, as memórias transmitidas por seus ancestrais, as dúvidas, alegrias, angústias e prazeres de sua existência (FLECK, 2007).

Em tempos passados era ao redor de uma fogueira que pessoas se reuniam para escutar os mais velhos narrarem suas aventuras, lembranças e ensinamentos. Na idade média o contador de história era sempre bem-vindo e respeitado em toda parte pelo prazer que as suas histórias proporcionavam.

De qualquer forma, ninguém se lembra de ter visto algum índio ou algum negro lendo histórias para o seu público! E eles contavam histórias; não liam histórias. Portanto, o contador de histórias é aquele que conta histórias!!! Confusão comum é pensar que o contador de histórias é aquele que lê uma história diante da plateia (SISTO, 2005, p. 56).

A contação de história tem papel importante na construção das sociedades. Visto que muitos utilizavam a oralidade para transmitir conhecimentos sobre períodos anteriores ao que vive. Neste sentido, Umbelino (2005, p. 7, 19 apud FLECK, 2007, p. 217) contextualiza indicando que a contação de histórias possibilita ainda “[...] o estímulo à imaginação, o acesso às diferentes culturas e o convívio com o outro. Além disso, a narração de histórias na escola também tem uma função de ‘animação de leitura’,” vez que a audição de histórias pode despertar o gosto pela leitura.

Pode-se afirmar que as lendas e as histórias narradas contribuíram com o imaginário da humanidade, pois introduziram a narração das histórias antes mesmo da criação da escrita, ou até mesmo do papel.

As histórias narradas oralmente proporcionam às crianças uma visão epocal (ainda que de uma forma esboçada), seja do seu tempo, seja de outros tempos. O recorte oferecido pela história delineia sempre uma época, um

conjunto de costumes, comportamentos, vivências, códigos de ações, uma ética, que acabam fazendo do texto esse complexo histórico. E se as histórias forem ainda contos populares, há a possibilidade de revelarem uma sabedoria ancestral e a tradição dos povos, com temáticas de caráter universal e neste caso, apagando (borrando ou tornando elástica) a linha do tempo, pela potencialização de questões que são de ontem e hoje, de todo e qualquer tempo (SISTO, 2006, p. 2).

Na atualidade o contador de história tem papel importante para crianças que estão em contato. A criança que esta em sintonia com a história tem a possibilidade de criar um mundo de imaginação, o que posteriormente vem a ser um leitor, e em sua fase adulta vê-se os benefícios iniciados na infância com um leitor crítico e criativo.

De acordo com Sisto, (2005, p. 23), uma história é feita, na cabeça do ouvinte, pela construção de expectativas, frustrações, reconhecimentos e identidades. Ela pode animar, desanimar, dar prazer, construir e desconstruir, dar forma a uma história só depende do seu contador, da sua imaginação.

Não existem lugares específicos para se contar uma história, isso vai depender do momento, e da preparação daquele que irá contar a história. Porém considera-se importante salientar que a construção de espaços agradáveis, aprazível, confortável e acolhedor fisicamente, a fim de encantar novos leitores.

Segundo, muitos narradores defendem que o local próprio em que se pretende contar uma história deva ser um ambiente tranquilo, bem iluminado, aconchegante, silencioso e longe de qualquer atividade que vá de encontro a esses elementos, [...] mas, nem sempre isso é possível. E aí não importa que seja numa creche, num hospital, num orfanato ou na biblioteca, na universidade, na escola, no museu, no teatro ou no asilo, numa rua ou praça, em família ou em roda de amigos (AGUIAR, 2013, p. 93).

O imaginário quando estimulado desde sua infância traz benefícios incalculáveis ao adulto, ele possibilita enxergar além do que está mostrado, permite novas avaliações e ideias. Neste sentido observe-se o posicionamento de Barbalho (2012, p. 77-78), a saber:

Apesar da necessidade do imaginário e da fantasia não se limitarem a uma determinada classe social, grupo cultural ou gênero sexual e nem estarem restritos a uma fase da vida, [...] o imaginário estimulado por meio de narrativas literárias é imprescindível para a sobrevivência psicoemocional do indivíduo, em especial, das crianças.

Quando bem orientados os pais e os educadores podem utilizar a contação de histórias para passar valores, ética, corrigir falhas na formação do caráter e premiar atitudes nobres e justas. Neste sentido, J. Petit Senn (apud AGUIAR, 2013, p. 20) diz que “os filhos tornam-se para os pais, segundo a educação que recebem, uma recompensa ou um castigo”. Logo, pode-se concluir que, aqueles pais, familiares, responsáveis ou sociedade são exemplos para crianças.

Desta forma, quando existe um exemplo positivo, daqueles que a criança os tem como referencia, pode-se considerar que esta levará para posterior convívio como adolescente, adulto um bom exemplo. Porém, a criança quando castigada de maneira violenta, quando dentro do seu convívio tem apenas exemplos negativos, despertará posteriormente aquilo já presenciado pelos próximos.

Os pais, menos atentos e mais culpados pela falta de atenção, transferem à atividade de leitura de seus filhos, a função de ensinamento dos valores perenes do mundo, quase sempre de forma maniqueísta, dogmática e incontestável [...], alguns livros fazem isso de forma declarada; outros de forma subliminar! (SISTO, 2005, p. 81).

As atividades de lazer, que muitos pais tendem a realizar no tempo livre são importantes na construção do vínculo entre pais e filhos, além de contribuir no desenvolvimento motor da criança; observe-se neste contexto, que “ao ouvir uma história, as crianças (e o leitor em geral) vivenciam, no plano psicológico as ações, os problemas, os conflitos dessa história” (SISTO, [ca. 2006], p. 1). A história é um elemento de primeira grandeza na educação da criança e o uso intencional da mesma pode auxiliar e despertar o desejo de praticar o bem, de cuidar de sua existência fortalecendo conceitos e ensinamentos sobre higiene corporal, alimentação, prevenção da saúde e do meio ambiente, e resgatar a importância da educação e o cuidado na conservação das escolas e dos livros.

A escola tem papel fundamental na contação de história. Contar história, ter um espaço para isso dentro da instituição de ensino é essencial na criação de novos leitores, bem como de alunos com criticidade e criatividade. Através da leitura podemos formar profissionais futuros, e a escola tem papel principal na formação. Porém não podemos atribuir função única a instituição de ensino.

A contação de histórias desde a infância é de responsabilidade da família, pois esta é a primeira ordem social a qual o indivíduo, neste caso a criança tem como referência. Os pais são referências para seus filhos, ou seja, podem influenciar em determinadas atitudes. A prova disso são estudos que comprovam que pais que leem para seus filhos, ou pais que gostam de ler influenciam no desenvolvimento da leitura de seus filhos. Ler em voz alta para o filho é essencial para aproximá-lo do gosto pela leitura.

O primeiro contato da criança com um texto é feito, em geral, oralmente. É pela voz da mãe e do pai, contando contos de fada, trechos da Bíblia, histórias inventadas tendo a gente como personagem, narrativas de quando eles eram crianças e tanta, tanta coisa mais...Contadas durante o dia, numa tarde de chuva ou à noite, antes de dormir, preparando para o sono gostoso e reparador, embalado por uma voz amada...É poder rir, sorrir, gargalhar com as situações vividas pelos personagens, com a ideia de conto ou com o jeito de escrever de um autor e, então, poder ser um pouco cúmplice desse momento de humor, de gozação (OTTE; KOVACS, [ca 2003], p. 3).

Ao ler ou contar uma história para uma criança o adulto, e destaque para os pais, que são as figuras mais próximas as crianças, criam-se impressões que podem estender-se para toda a vida. Com isso, a presença do livro e o hábito de leitura na família, compõem um ambiente favorável para um posterior leitor.

A contação de história vem sendo praticada através da tradição oral desde os primórdios da humanidade. Foi se aperfeiçoando com o tempo, tornando-se, em certo período, uma espécie de arte. Surgiu da necessidade da comunicação entre os homens, da troca de experiências e transmissão da cultura e dos costumes do cotidiano. Os camponeses e os navegantes foram os primeiros mestres nesta arte, reunindo saberes de terras distantes com as tradições locais, criando as mais belas histórias que temos hoje, como os contos de fadas. (STOCKER, 2014, p. 23)

Não podemos limitar o hábito de ouvir histórias a crianças ou aquelas pessoas alfabetizadas. A contação de histórias está presente a todo momento na sociedade, a notícia de um acontecimento, a fofoca entre vizinhos, a explicação de um fato ocorrido na família, a origem do seu nome. São consideradas histórias, e podem ser transmitidas por qualquer pessoa, independente de seu grau de instrução.

Quando se conta uma história, começa-se a abrir espaço para o pensamento mágico. A palavra, com seu poder de evocar imagens, vai instalando uma ordem mágico-poética, que resulta do gesto sonoro e do gesto corporal, embalados por uma emissão emocional, capaz de levar o ouvinte a uma suspensão temporal. Não é mais o tempo cronológico que

interessa e, sim, o tempo afetivo. É ele o elo da comunicação (SISTO, 2005, p. 28)

Contar é diferente de ler, para contar histórias não necessariamente necessitamos de um livro. Crianças e até mesmo jovens adultos gostam de ouvir histórias; para isso, basta realizar a escolha do tema apropriado para a idade.

As novidades tecnológicas e os meios de comunicação encontram-se cada vez mais presente no cotidiano de crianças, jovens e adultos. O acesso a estes meios tornou-se um argumento divisor de águas para muitos, pois ao mesmo tempo em que delas se aproxima mais se afasta das relações pessoais.

[...] as demais formas de comunicação, incluindo aquelas que são mediadas pelo computador, demandam um esforço cognitivo muito maior do que aquele que seria requerido naturalmente na comunicação “cara a cara”. Por outro lado, o autor ainda afirma que o conhecimento que adquirimos por intermédio de nossas relações com o meio também influencia a percepção de naturalidade da mídia e faz com que o Homem aprenda diferentes formas de comunicação apesar da estranheza que inicialmente possa sentir. Isso mostra que o Homem é capaz de se adaptar biologicamente às transformações promovidas pelo rápido desenvolvimento das tecnologias. Portanto, as tecnologias influenciam o Homem assim como o Homem também influencia o desenvolvimento das tecnologias (KNOCK, 2001 apud VIDAL, 2016).

O valor das obras também são fatores que dificultam o acesso as obras. Muitas vezes a população conta apenas com as bibliotecas públicas para promover a leitura, e muitas destas bibliotecas não estão localizadas próximas as suas residências, o que requer ainda mais incentivo para aqueles que encontram-se distantes. A presença de bibliotecas comunitárias faz diferença nessas comunidades em que o acesso ao livro é quase zero. Pois muitos deixam de formar\exercer o hábito da leitura por falta de obra em sua residência ou próximo á ela.

3.1 O contador de histórias

Com o reaparecimento do contador de histórias no final do século XX, podemos observar que o número de pessoas interessadas na profissão tem tido demanda bastante alta. As instituições de ensino têm ofertado cada vez mais espaços para o momento da contação de histórias, assim, professores e bibliotecários, além de

peessoas que se identificam com a profissão, tem assumido esse papel através de cursos de aperfeiçoamento e capacitações.

O contador de histórias do século XXI apresenta seu trabalho por meio da narração oral, desempenha performances artísticas elaboradas, com o domínio de técnicas corporais e vocais e critérios de seleção para a escolha de histórias.

Shedlock (apud BUSATTO, 2005) acredita que contar histórias é uma performance de alto padrão e muito mais difícil que representar um papel no palco. O contador de histórias, na verdade, atua numa área muito próxima às artes cênicas. O que difere a contação do espetáculo cênico são marcas quase imperceptíveis, a relação estabelecida pelo olhar de quem conta e seus ouvintes provavelmente é a mais nítida. É o olhar o fio que conduz, o elo que liga o narrador à plateia (FLECK, 2007).

Para uma boa contação de história é necessário que o contador seja espontâneo, seja natural, segundo Aguiar, 2013, p. 42. Deve-se ensaiar por diversas vezes, como um espetáculo, a história que se pretende contar, somando a naturalidade à consistência do texto que foi trabalhado exaustivamente pelo contador de história.

Os contadores de histórias devem ter em mente o tipo de público para quem vão contar as histórias. O conhecimento prévio do grupo para o qual transmitirá suas histórias é fundamental na escolha das obras a ser utilizadas. Para ouvir e para contar histórias não tem idade! É preciso apenas ter cuidado na escolha das histórias. (AGUIAR, 2013, p. 95). Assim, não corre o risco de contar uma história para um público que não dará a devida atenção ao que se está contando.

Um conto, uma fábula, uma lenda, um mito, uma novela, um romance, uma saga, um apólogo, uma parábola, uma alegoria? Escolher nem sempre é uma tarefa fácil! São muitas as variantes que precisam ser controladas quando se escolhe uma história: o gosto pessoal, o público, o espaço da apresentação, o evento, etc (SISTO, 2005, p. 30)

Contar uma história exige do contador um conhecimento prévio daquilo que se pretende contar. Para isso é fundamental que se tenha domínio da história. Sisto, 2005, p. 21, lembra que para ser um bom narrador de contos é necessário:

Ler muito; os livros, as placas, os gestos, as pessoas, a vida que vai em cada coisa. E não ter pressa [...], só se conta bem aquela história que a

gente amou, estudou e contou pras paredes, pro teto, pro espelho, pros filhos, até que ela brote dos lábios com veemência, convicção, detalhe e emoção.

Para que haja a transposição de uma história o contador deve conhecer a literatura, ter uma boa bagagem de leitura e reconhecer a construção literária como indicio da forma de contar e tirar o maior proveito disso. Sisto, 2005, acrescenta ainda que o contador de histórias não pode ser nunca um repetidor mecânico do texto que ele escolheu contar. O que requer o conhecimento prévio da história, ou seja, deve conhecer exhaustivamente o que diz as entrelinhas.

Não apenas realizando a leitura superficial, e sim aprofundando-se para que possa utilizar-se dos elementos fundamentais para uma boa contação como: “a emoção, texto, adequação, corpo, voz, pausas e silêncios, além do olhar, espontaneidade e naturalidade, ritmo, clima, memória, credibilidade” (SISTO, 2005, p. 59).

Um bom contador de histórias deve ter em seu acervo diversas histórias, ou seja, um repertório variado, além de atualizado. Considerando o público para o qual discorrerá suas leituras. O conhecimento prévio do público é de fundamental importância, assim, existe a possibilidade de adequar as histórias para cada faixa etária presente. Porém, quando se tratar de um público variado, o contador de história munido de seu acervo diversificado, tem a possibilidade de abranger a todos os participantes.

Uma plateia também tem seus mistérios! Pequena ou grande, conhecendo ou não a essência da narração oral e da relação interpessoal que se estabelece num evento desse tipo, um grupo nunca é homogêneo e, por isso mesmo, tem interesses diferentes. Infantil, juvenil ou adulto, os interesses variam também de acordo com critérios que vão além da faixa etária. A familiaridade com a leitura e a maturidade como leitor são critérios essenciais (SISTO, 2005, p. 33)

É certo que não podemos iniciar a contação de uma história sem conhecermos a obra a qual será transmitida, bem como são necessários alguns elementos fundamentais para que haja uma boa contação de histórias, de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1 - Elementos fundamentais para que haja uma boa contação de histórias

Emoção	É o principal elemento para se contar bem uma história! Se a história em que vou contar me apaixonou, certamente ela vai sair de mim e chegar até o público. Não esquecer que emoção não é só traduzida pelo choro!;
Texto	É o conhecimento do texto que vai dar segurança.[...] Sair da leitura superficial e fazer uma leitura vertical, em profundidade;
Adequação	Não esquecer que uma história para ser contada precisa estar adequada ao público, ao espaço onde vai ser contada e ter uma linguagem acessível e que não descaracterize o estilo do texto;
Corpo	Dividimos em três grandes possibilidades expressivas: ilustrativas, enfáticos e sintéticos. O gesto ilustrativo é o mais comum e mais utilizado, exprime mais a ideia objetiva que fazemos das coisas. O gesto enfático são gestos de força, gestos para reforçar o que estamos dizendo. O gesto sintéticos são mais simbólicos, porque são mais metafóricos;
Voz	Inclui elementos como timbre, a altura, o ritmo, a intensidade;
Olhar	O cordão umbilical do contador de história que o liga à sua plateia.;
Espontaneidade e naturalidade	Muito da naturalidade vem da segurança do texto que está sendo contado, segurança adquirida nos ensaios preparatórios;
Ritmo	Toda história tem uma sequência rítmica que começa a vigorar no momento em que o contador abre a boca;
Clima	O ritmo varia de acordo com o episódio (bloco) que está sendo narrado;
Memória	Saber guardar a sequência da história e fazer despertar em si toda a emoção no momento exato para cada passagem adquirir o máximo de expressividade;
Credibilidade	O contador tem que fazer a plateia acreditar naquilo que ele conta;
Pausas e silêncio	Uma suspensão da fala com o objetivo de identificar o efeito, de ampliar o impacto do que acabou de ser dito e,
Elemento estético	O que falta aos novos contadores de histórias é um senso estético.

Fonte: Sisto (2005, p. 47-52).

Ao utilizarmos esses elementos, estamos contribuindo na construção de uma boa contação, contudo faz-se necessário ter conhecimento amplo do texto escrito, visto que este possui elementos que possam ser descartados no momento da contação.

contar histórias não é uma tarefa fácil e que estamos cada vez mais convencidos de que é preciso uma certa habilidade, exercício, e preparo para controlar todos os mecanismos que entram em jogo cada vez que se quer “comunicar” uma história a uma plateia (SISTO, 2005, p. 37).

O contador de histórias deve ter e mente que o seu trabalho é transmitir uma história, seja ela verídica ou não. Não deve deixar levar por pensamentos que venham a atrapalhar o desenvolvimento do que foi proposto. Desta forma, muitos

podem não dar a devida atenção ao que esta sendo perpassado. A história deve ser sempre maior que o contador.

[...] ao preparar uma história para ser contada, o contador tenta, mesmo sem saber ou se dar conta, premeditar, antecipar o que vai acontecer com o ouvinte, tomando por base os efeitos que este e aquele recurso provocam nele mesmo. O efeito provocado no ouvinte tem um pouco de previsibilidade e outro tanto de obscurantismo (SISTO, 2005, p. 43 e 44).

O contador deve exercitar-se de maneira a destravar sua emoção no momento em que se faz necessária. para assim realizar todas as mudanças indispensáveis, estando ele concentrado na narrativa a ser transmitida. Por todas essas coisas, Sisto (2005, p. 30) nos coloca que

[...] o contador de história obedece um certo ritual. O ritual do auto conhecimento, o ritual da observação do outro, o ritual de abrir o imaginário com a chave que cada um escolher, pelo exercício de contar uma história como se conta um fato da vida pessoal, com envolvimento, emoção, naturalidade, credibilidade.

O contador de histórias tem a oportunidade de apresentar um livro quando conta uma história, fazendo ajustes quando necessários, sem adulterar a obra. Cabe a ele aproveitar o momento para seduzir o leitor, dessa forma desenvolve nele (o leitor) o desejo de conhecer a obra que foi transcorrida.

A criança deve ser estimulada desde pequena a gostar de ler, segundo Aguiar (2013, p. 26-27) é possível considerar:

- Aprendendo a gostar de ouvir histórias a criança adquire os elementos iniciais que os encaminharão para a leitura.
- A criança, ao ouvir histórias, enriquecerá seu vocabulário e sua linguagem, além de suas ideias e seus pensamentos. Enfim, terá ampliado seu conhecimento de mundo.
- Ao ouvir histórias, a criança se diverte, podendo, inclusive, fazer comparações entre o mundo real e o imaginário, ajudando, assim, a resolver conflitos emocionais e minimizando tensões.
- A criança através dos elementos dos personagens das histórias, capta elementos que a ajudarão a alicerçar seus valores sociais e morais durante a vida.
- As histórias educam e estimulam o desenvolvimento da atenção, da imaginação, da observação e da memória da criança.
- As histórias aliviam as ansiedades e os medos.
- A criança, ao ouvir ao ler histórias, terá o seu senso crítico despertado e ampliado para as diferentes culturas, para os distintos costumes, povos etc.
- Ouvir ou ler histórias instigantes desperta o raciocínio no leitor, levando-o a se questionar e a perguntar como agiria em dada situação.

- A experiência tem mostrado que contar histórias é um gesto de amor, fé, acolhimento, partilha, doação e magia.
- É também terapia.

Estudos comprovam que o hábito da leitura pode estreitar a relação entre pais e filhos, isto porque, quando se lê, passa-se mais tempo com a criança compartilhando da mesma história. Cria-se assim a percepção de que aquele que esta lendo a história para criança compartilha das mesmas ideias, pensamentos e sentimentos do que acabaram de ler, podendo posteriormente conversar sobre o tema da leitura e estreitar os laços.

Nos tempos modernos, as gestantes já estão sendo estimuladas a contar histórias, a conversar, a cantar para seu bebê ainda em seu ventre. Seu toque, enquanto acaricia a barriga; sua voz mansa e suave e sua crença de que aquele é um momento mágico, transmite para o bebê vibrações positivas, recheadas de aceitação, carinho e amor (AGUIAR, 2013, p. 94).

A relação entre o leitor das histórias e a criança tende a se estreitar visto que, quando essa leitura se torna um hábito, ou seja, quando acontece rotineiramente, cria-se um vínculo, uma confiança, garantindo boas lembranças e experiências. A leitura permite o estreitamento dos laços, além de comportar uma discussão sobre um tema em comum.

Mas o que contar? Escolher uma história nem sempre é considerada uma tarefa fácil. São muitas as variantes que devem ser levadas em consideração na escolha da história: se uma fabula, uma parábola, uma alegoria. Considera-se também o gosto, o tipo de público, se existem crianças, se adultos o gosto pessoal, o espaço da apresentação, o tipo de evento, etc.

O conhecimento prévio do grupo para o qual dar-se-á a contação de história é fundamental para que haja a escolha do que se pretende contar, bem como a faixa etária. Mas se na ocasião existir um público misto, a saída é apostar em histórias diversificadas, para assim atingir um maior número de envolvidos, tendo como objetivo final a satisfação de todos.

3.2 As histórias que são contadas

Nos dias em que a televisão, a internet, o cinema e tantos outros meios encontram-se disponíveis e acessíveis às crianças, as atividades de momento lúdico como contar histórias, ao contrário destes meios disponíveis através de um mundo cada vez mais globalizado em que nos trás a oportunidade de criarmos em nosso imaginário cenas que só encontramos nos livros.

Ainda que a presença da tecnologia seja cada vez mais constante na vida de um indivíduo, seja a criança, adolescente e adulto, nada substitui uma boa história. Mas, se observamos bem, ela nos fornece “respostas prontas”, impossibilitando a criação e interpretação daquilo que muitas vezes nos mostra uma história.

As histórias para os pequenos representam muito mais que simplesmente ouvir. Através dela as crianças desenvolvem melhor a concentração, prestando mais atenção naquilo que esta sendo dito pelo contador, pais, professores ou mesmo alguém que o mesmo tenha mais afinidade, e conseqüentemente estimulando a leitura.

A escolha da história é de fundamental importância na hora de contá-la, para isso ela precisa ser interessante tanto para aquele que vai ouvi-la como para aquele que vai transmiti-la. A escolha da história dada a faixa etária da criança é um ponto fundamental, pois apenas conhecendo a fase do desenvolvimentos daquela criança, podemos escolher a história que venha a representar e construir determinados fatos. De acordo com o Filipousk (1983 apud JESUS, 2016, p. 15) é possível verificar características no estagio de desenvolvimento propostos por Piaget, no Quadro 2.

A seleção de materiais de acordo com idade e fase escolar é fundamental. Iniciemos nosso apanhado pela idade pré-escolar, para criança com idade até 3 anos. Nessa fase a contação de história pode acontecer diariamente, muitas vezes de maneira repetitiva. Prevalece nesse estágio da contação de histórias um maior número de ilustrações e sons, com reduzido numero de textos.

Quadro 2 - Faixa etária na literatura infantil

Desenvolvimento cognitivo infanto-juvenil		Desenvolvimento da leitura	
Idade	Estágio de desenvolvimento da personalidade	Estágio de desenvolvimento	Tipo de leitura
3 a 6 anos	Pensamento pré-conceitual – Construção dos símbolos. Mentalidade mágica. Indistinção eu/mundo.	Pré-leitura – desenvolvimento da linguagem oral. Percepção e relacionamento entre imagens e palavras: som, ritmo.	Livros de gravuras, rimas infantis, cenas individualizadas.
6 a 8 anos	Pensamento intuitivo – Aquisição de conceitos de espaço, tempo e causa. Ainda mentalidade mágica. Autoestima. Fantasia como instrumento para compreensão e adaptação ao real.	Leitura compreensiva – textos curtos. Leitura silábica e de palavras. Ilustração necessária: facilita associação entre o que é lido e o pensamento a que o texto remete.	Aventuras no ambiente próximo: família, escola, comunidade, histórias de animais, fantasias, e problemas infantis.
8 a 11 anos	Operações concretas – Pensamentos descentrados da percepção e ação. Capacidade de classificar, enumerar e ordenar.	Leitura interpretativa – desenvolvimento da leitura. Capacidade de ler e compreender textos curtos e de leitura fácil, com menor dependência da ilustração. Orientação para o mundo. Fantasia.	Contos fantásticos, contos de fadas, folclore, histórias de humor, animismo.
11 a 13 anos	Operações formais-Domínio das estruturas lógicas do pensamento abstrato. Maior orientação para o real. Permanência eventual da fantasia.	Leitura informativa, ou factual-desenvolvimento da leitura. Capacidade de ler textos mais extensos e complexos quanto à ideia, estrutura e linguagem. Introdução à leitura crítica.	Aventuras sensacionalistas: detetives, fantasmas, ficção científica, temas da atualidade, história de amor.
13 a 15 anos	Operações formais. Descoberta do mundo interior. Formação de juízos de valor.	Leitura crítica-capacidade de assimilar ideias, confrontá-las com sua própria experiência e reelabora-las em confronto com material de leitura.	Aventuras intelectualizadas, narrativas de viagens, conflitos psicológicos, conflitos sociais, crônicas, contos.

Fonte: Jesus (2016, p. 15).

Os temas na fase pré-escolar pode estar relacionado ao que se vivencia no dia-a-dia de cada aluno, um exemplo é: se a criança recusa-se a comer determinados alimentos, como frutas e verduras, o professor ou mesmo os pais podem escolher obras que tratam do tema de maneira leve. Algumas histórias que podem ser contadas na fase da criança em idade pré-escolar são: histórias de bichos, Contos rítmicos que sejam leves, lúdicos, bem humorados e curtos, cantigas de ninar.

Na fase chamada por alguns estudiosos como pré-mágica, que caracteriza as idades entre 3 e 6 anos histórias de bichos, pequenos contos de fadas com enredo simples e poucas personagens, poemas simples, trava-línguas, parlendas. cantigas de rodas.

Já na fase escolar, de 7 a 12 anos, pode-se utilizar algumas narrativas mais elaboradas, visto que nessa fase, a criança encontra-se mais familiarizada com o ambiente escolar e em fase de leitura de pequenos textos e podem ser utilizadas histórias de crianças, animais, contos de fadas mais elaborados, aventuras, lendas folclóricas, historias de humor, histórias verídicas, narrativas de viagens.

Contudo, na seleção de materiais devem ser consideradas algumas características que são particulares de cada grupo. A exemplo de comunidades onde o índice de desenvolvimento educacional é relativamente baixo, devemos tomar por base critérios de seleção como: histórias que correspondem a realidade da criança; que despertem-no a facilitar a descoberta e compreensão de mundo; conhecimento das condições de vida da criança e da diversidade cultural e social ao qual está inserido.

A linguagem utilizada na contação de história é parte essencial para a compreensão do que esta sendo transcrito. O vocabulário deverá ser adequado à idade da criança ou grupo ao qual esta sendo contada. De acordo com a faixa etária do grupo, devem ser observadas as frases e seu conteúdo, considerando que para crianças mais pequenas, a repetição é importante na captação da história, além de ritmo e sonoridade das falas. Deve-se observar em especial a correção de erros ortográficos e gramaticais.

Contudo, na atualidade tem-se observado um número crescente de *Fake News*, nome dado às notícias falsas que circulam na internet. E para evitar que tal fato aconteça, cabe aqui considerar que, paralelo a este mundo imaginário que pertence a contação de histórias, faz-se necessário mais rigor na observação da informação, uma vez que revelada de maneira objetiva, rigorosa e científica uma vez que está a contribuir para a formação da criança.

Com relação a introdução de valores, a seleção de livros deve ajudar a criança a escolher, a descobrir e até mesmo testar uma escala de valores, deve transmitir o sentimento de respeito e dignidade para o ser humano, além de valores sociais como: justiça, paz, liberdade, igualdade e solidariedade. Devem-se evitar livros que transmitam o preconceito, racismo, que venham a defasar a imagem dos papéis masculino e feminino, que instiguem a violência.

Livros para crianças como abordado anteriormente deve ser apropriado para a faixa etária, devem ser artísticos, sem apresentar quaisquer tipo de negligência ou vulgaridade. Ao abordarmos o quesito ilustração, deve-se considerar também a mensagem escrita, fazendo uso de imagens artísticas e não estereotipadas, sem interferir na legibilidade do texto.

É necessário evitar que algumas características como tom moralizador, falsa simplicidade, linguagens carregadas de diminutivos, tom adocicado, diálogos artificiais ou forçados.

Devemos tomar cuidado na hora em que vamos escolher uma história, um livro, um conto, uma fabula, seja lá qual for a seleção feita. Um prévio conhecimento daquele que irá ouvir vai fazer uma grande diferença. O gosto de cada indivíduo deve ser considerado, já que um pode gostar de histórias com animais, outros fadas, flores e assim vai. Nos casos dos pais essa tarefa se torna um pouco mais fácil, já que contato direto com a criança, o mesmo já conhece o desejo de cada um, e assim, também lhe proporcionar, introduzir uma nova história.

Considerar que cada ouvinte da história a ser contada possui sua particularidade, e esta deverá ser respeitada, para que não venhamos a cair em contradições entre a história selecionada e a intenção por traz de cada uma delas.

No próximo capítulo, abordaremos a Formação do leitor e como podemos contribuir na sua construção.

4 FORMAÇÃO DO LEITOR

Não existe uma fórmula mágica para a formação do leitor, de fato, se aplicado o estímulo desde a primeira infância, ou até mais além, se desde o ventre o feto, bebê e criança tiverem uma aproximação com a leitura, sendo no seu início através da audição de histórias, seja pela canção de ninar, ela poderá adquirir o hábito da leitura.

Mas não podemos considerar a contação desde a primeira infância como sendo única, se considerássemos assim, muitos daqueles que a princípio não tiveram seus estímulos na infância estariam até hoje sem conhecer o sabor de um bom livro, de uma boa leitura.

Apesar de todo o empenho que muitos governos tem feito na educação de jovens e adultos, e do índice de analfabetismos no país reduzir-se nos últimos anos, ainda assim, existem indivíduos que não conhecem a junção de letras.

Quando pensamos sobre formação do leitor, logo nos vêm à mente as maneiras que poderíamos estimular o gosto pela leitura. Entre os diversos meios educativos utilizados na busca do conhecimento, encontramos a biblioteca. Daí, a importância de a instituição de ensino possuir uma biblioteca que atenda de maneira qualificada seus educandos. Haja vista que, sendo a biblioteca um espaço de interação entre alunos, professores, informação e conhecimento.

Stocker (2011, p. 20), diz que: “a biblioteca é um centro ativo da aprendizagem escolar. Deve ser vista como um núcleo ligado ao esforço pedagógico dos professores e não como um apêndice. Deve ser o coração da escola, trabalhar com os professores e alunos e não apenas para eles.” A biblioteca precisa ser vista na sua forma mais completa no processo de ensino e aprendizagem é considerado um espaço de disseminação do conhecimento

O planejamento de atividades que envolvam a busca de informação e conhecimento se faz presente em todas as instituições de ensino. Para isso o trabalho planejado entre professores e bibliotecários tende a transformar o conhecimento que se

pretende adquirir. É através do processo de interdisciplinaridade, onde várias áreas do conhecimento em busca de um objetivo comum, que pode-se contribuir na construção do conhecimento de forma qualificada.

Em uma instituição de ensino, seja ela pública ou particular, a biblioteca deve ser considerada de extrema importância na construção do conhecimento. Conforme Stocker (2011), a biblioteca é algo vivo que está ali para dar suporte ao conhecimento dos educandos e educadores, E acrescenta ainda, “é fundamental dentro do sistema educacional, pois como parte integrante do sistema de informação, pode colaborar consideravelmente para a adoção de novos paradigmas” (STOCKER, 2011, p. 21). A biblioteca é tão importante numa instituição de ensino quanto a sala de aula, ela pode ser considerada como uma extensão da sala. O professor em contato com o bibliotecário da instituição tem o poder de transformar a realidade do aluno. O aluno precisa conhecer que a biblioteca é o espaço de ampliação do conteúdo dado em sala de aula.

A realidade das bibliotecas escolares seja pública ou particular é que em ambas não existem acervos que venham a estimular a leitura. Na primeira tem-se, um acervo formado por livros didáticos, poucos literários e ausência de revistas e jornais. Na segunda, pouco se investe na compra de obras, o que se vê, são livros distribuídos por editoras enviados para apreciação dos professores no final do ano. Algumas dessas instituições fazem assinatura de revistas científicas, ainda, ausência de jornais.

Mesmo diante dessa realidade, nos deparamos com profissionais bibliotecários que procuram estimular o gosto pela leitura, através da premiação com livros, de acordo com a faixa etária de cada um, aqueles que tem maior número de empréstimo de diferentes obras, dentro dos critérios estabelecidos pela instituição.

É importante a adoção de política de formação de acervo, com a compra de livros, que visem a atender os programas curriculares, às necessidades de leitura, pesquisa e informação de alunos e professores assim como também da comunidade atendida pela biblioteca, e não depender única e exclusivamente da doação de livros velhos e desatualizados (STOCKER, 2011, p. 22).

Em pesquisa realizada pela Universidade de Denver nos Estados Unidos mostrou que um bom programa de biblioteca, contando com profissional especializado, além de acervo atualizado e constituído por diversos tipos de materiais informacionais [...] resultou no melhor aproveitamento escolar dos estudantes. (CAMPELLO, 2005, p. 13-14). A participação na construção de uma biblioteca por profissionais comprometidos com o seu trabalho, com formação específica, neste caso, um bibliotecário trará benefícios incontáveis para os usuários.

Algumas variáveis individuais também podem ser apontadas como facilitadoras ou não da aprendizagem da leitura e da formação de leitores. Elas correspondem às características pessoais do aluno, como é o caso, por exemplo, do interesse que ele tenha por obter informações do conhecimento sobre o assunto lido, das condições socioeconômicas da família e, como já foi apontado, a própria escola com suas propostas de ensino e sua forma de abordar a aprendizagem as quais têm efeitos sobre os alunos, no sentido de envolvê-los e motivá-los (ZORZI, 2003, p. 191).

A biblioteca possui papel de grande incentivador, ainda pouco percebida. É preciso um profissional bibliotecário que tenha cultura, criticidade, competência e postura política. Buscando a otimização da informação e da leitura, um profissional que não admita a concepção de depósito de livros à biblioteca.

A falta de valorização profissional é um problema que atinge diversas profissões. E a de bibliotecário não fica de fora desse segmento. O baixo nível de escolaridade, atrelado ao não interesse a promoção a leitura dificultam a valorização desse profissional.

Se analisarmos o número de bibliotecas que realmente se interessam pela análise objetiva do usuário e pelo estabelecimento de projetos concretos de ação, em busca da formação de leitores, veremos que as iniciativas são mínimas. Isso nos faz pensar que a função do bibliotecário é eminentemente técnica, não envolvendo aspectos pedagógicos de formação e ensino de leitores e nem de relações humanas. (SILVA, 1983, p. 70 apud STREHL, [ca. 1996], p. 9).

Para haver a valorização profissional são necessárias algumas considerações a cerca da análise da função da biblioteca, se esta função tem sido atendida, ou se trata de mera execução mecânica. Saber se impor mostrando seu trabalho profissional, sem se deixar levar por exigências de um mercado que tem como um objetivo o capitalismo.

O bibliotecário tem em mãos um poderoso instrumento de transformação social: a Leitura. O trabalho desse profissional tende a potencializar-se quando o mesmo proporcione a comunidade a qual esta inserido a promoção da leitura.

O profissional que tem como compromisso, apenas o ato tecnicista de classificar, catalogar e esperar o usuário não pode ser considerado executor de projetos. Em troca disso, são necessários profissionais que tenham atitudes de mudança, que utilizem do pouco recurso seja financeiro ou humano, para transformar a realidade, ou mesmo, um pouco dela em algo concreto, e porque não transformador.

A formação de um leitor (pleno) deve valer-se, pois, de vivências sistemáticas de leitura, carregadas de significados e de sentidos que contribuam para o seu ser/estar no mundo, numa perspectiva de interação. A compreensão isolada do texto em si tende a eliminar a dinâmica ou relação entre leitor, texto e contexto; e, na atual conjuntura, torna-se cada vez mais difícil conceber qualquer texto isoladamente, sem um contexto que desperte questionamentos e estimule respostas e reações nos leitores-apreciadores.

A seguir visualizaremos no capítulo Centro de Referência da Assistência Social com base em documentos oficiais, tais como: normas operacionais, resoluções e orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

5 CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A gestão da Assistência Social está estabelecida de acordo com a PNAS, em níveis de inicial, básica e plena, a saber:

Gestão Inicial, os municípios que não se habilitarem à gestão plena ou à básica receberão recursos da União, conforme série histórica, transformados em Piso Básico Transição e Piso de Transição de Média Complexidade e Piso de Alta Complexidade I, conforme estabelecido no item “Critério de transferência” desta Norma, por intermédio do Fundo Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004, p. 23).

Gestão Básica, Nível em que o município assume a gestão da proteção social básica na Assistência Social, devendo o gestor, ao assumir a responsabilidade de organizar a proteção básica em seu município, prevenir situação de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições. Por isso, deve responsabilizar-se pela oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e transferência de renda e que vigiem direitos violados no território (BRASIL, 2004, p. 24).

Gestão Plena, Nível em que o município tem a gestão total das ações de Assistência Social, sejam elas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social, mediante repasse fundo a fundo, ou que cheguem diretamente aos usuários, ou, ainda, as que sejam provenientes de isenção de tributos, em razão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEAS. (BRASIL, 2004, p. 25).

A assistência social assim como a saúde independe de contribuição, fazem parte do tripé da seguridade social, nela está contida assistência social, saúde e previdência social, esta última depende de contribuição.

Segundo a norma operacional básica da assistência social (NOB/SUAS) (BRASIL, 2012, p. 2) “a assistência social ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia, e deve ser financiada com recursos previstos no orçamento da Seguridade Social”. A política pública de assistência social está embasada nas proteções afiançadas e consideradas como Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica na qual está inserida as atividades do CRAS com as famílias referenciadas pesquisadas, visa prevenir situações de risco e vulnerabilidades, destacando o desenvolvimento de potencialidades, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários em condições de

vulnerabilidade social, decorrentes da situação de pobreza, privação e fragilização dos vínculos afetivos, em suas comunidades.

Com a consolidação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) o trabalho com famílias tornou-se centralidade do Estado, com isso visou-se o acompanhamento através do Programa de Atenção Integral as Famílias (PAIF), ofertados através dos serviços do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

O CRAS é a unidade em torno da qual se organizam os serviços de proteção básica, do que decorre sua função de gestão local. Espaço físico, organização do mesmo e das atividades, funcionamento e recursos humanos devem manter coerência com a concepção de trabalho social com famílias, diferenciando o serviço que deve dos que podem ser ofertado no CRAS (BRASIL, 2009, p. 7).

O CRAS é uma unidade pública do SUAS, que tem como objetivo prevenir situações de riscos sociais e de vulnerabilidade nos territórios de sua abrangência, para isso desenvolve ações que tem como escopo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como ampliação dos direitos sociais do cidadão.

Para o desenvolvimento de ações ofertadas pelos CRAS faz-se necessário o conhecimento do território de abrangência em que o mesmo está referenciado, bem como das redes socioassistenciais a esta instituição referenciadas para que haja o gerenciamento de acolhimentos, acompanhamentos, encaminhamentos dos usuários, além de dispor de espaços que possibilitem o desenvolvimento das ações previstas para execução dos serviços.

Destaca-se como importante o trabalho dos profissionais que compõem esta instituição municipal. Neste contexto, a NOB-RH/SUAS, estabelece que as equipes de referência são as

constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários (BRASIL, 2006, p. 14).

Estes profissionais realizam reuniões periódicas, entendendo que a troca interdisciplinar permite discussões de casos acompanhados e possíveis

encaminhamentos e contribuições, além de conhecer mais profundamente a respeito dos participantes do SCFV, neste contexto, participam também os profissionais de nível médio, destaque para aqueles que estão diretamente envolvidos na execução dos serviços.

Para tanto, deve-se ter em mente que a PNAS, supera a tradição histórica de assistencialismo, clientelismo, favores, dentre outros. A garantia de direitos aos cidadãos e o enfrentamento dos riscos sociais, que visam à prevenção das situações de vulnerabilidade social. Esta não pode ser considerada o sinônimo de pobreza, a pobreza, é apenas uma condição que agrava as vulnerabilidades vivenciadas nas famílias.

5.1 Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV

O SCFV está associado ao PAIF e busca prevenir situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Esses serviços podem ser organizados de acordo com os ciclos de vida, como também intergeracionais, mantendo sempre o objetivo principal da centralidade na família. O trabalho social com as famílias tem como finalidade fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria da qualidade de vida.

Segundo a Resolução nº 109, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, que “aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais” (BRASIL, 2012), o PAIF visa atender em especial: famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais; famílias que atendem os critérios dos programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, mas que ainda não foram contempladas; famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; famílias com pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. Especifica as famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais.

O CRAS é o ambiente físico para a oferta do PAIF, vez que para que haja o desenvolvimento de ações no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos o CRAS deve dispor de espaço físico, material, equipamentos e de equipe técnica com profissionais compatíveis com as orientações específicas de cada serviço, e de modo a não prejudicar o desenvolvimento do PAIF.

As ações do SCFV no CRAS - Santa Maria são desenvolvidas através do trabalho da equipe técnica, juntamente com educadores sociais. Estes profissionais são responsáveis pela organização das atividades que tem como objetivo principal de acolher crianças e adolescentes que foram retiradas da situação de trabalho infantil, bem como aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, demanda espontânea, que são pessoas da comunidade que buscam inserir seus filhos nas atividades sócio educativas, encaminhamento da rede socioassistencial e das demais políticas públicas e por órgãos do Sistema de garantia de direitos. Segundo a Resolução nº 01, 21 de fevereiro de 2013 são prioridades para inclusão no SCFV (BRASIL, 2013):

em situação de isolamento; trabalho infantil; vivência de violência e, ou negligência; fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; em situação de acolhimento; em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ ou exploração sexual; com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; crianças e adolescentes em situação de rua; vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência [...] (BRASIL, 2015, p. 9).

Para identificação destas pessoas os técnicos do CRAS, psicólogos e assistentes sociais, realizam o trabalho de busca ativa que pode ser entendida como:

[...] procura intencional, realizada pela equipe de referencia do CRAS, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território. Tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, para além dos estudos e estatísticas. Contribui para o conhecimento da dinâmica do cotidiano das populações (a realidade vivida pela família, sua cultura e valores, as relações que estabelece no território e fora dele); os apoios e recursos existentes, seus vínculos sociais (BRASIL, 2012, p. 66).

Através de visitas domiciliares identificam a incidência na família destas situações e realizam o convite para que aquele identificado e outros que estejam no contexto familiar possam fazer parte do SCFV.

Para que haja um bom desenvolvimento das atividades faz-se necessário o planejamento. “A responsabilidade pelo planejamento de atividades é dos profissionais que compõem a equipe de referência do serviço, especialmente do orientador social” (BRASIL, 2010, p. 103). Neste sentido, os Educadores Sociais contam com o apoio dos Técnicos de Referência para a elaboração do planejamento mensal, que é revisto semanalmente.

A participação das crianças e adolescentes é de fundamental importância no desenvolvimento das ações do SCFV, pois por meio dele os Educadores Sociais realizam o planejamento a fim de dedicar-se mais em atenção, ou atividades específicas que visem o reconhecimento do mesmo.

A participação social da criança visa ao desenvolvimento da sua cidadania, resultando na potencialização de sentimentos de segurança e de pertencimento. Reconhecer a criança enquanto agente participativo implica permitir que ela desenvolva sentimentos de pertencimento em relação ao grupo social, à comunidade, ao município do qual faz parte, na medida em que oportuniza reflexões contínuas sobre diferentes situações. Essa construção de sentimento de pertencimento é o que torna uma pessoa cidadã (BRASIL, 2010, p. 81).

Desta forma, desenvolve-se nos participantes das atividades sócio educativas que visão estimular a vivência, experiência social e cultural, pensadas e planejadas pela equipe, técnicos e educadores, que referenciam o serviço. A fim de desenvolver atividades que buscam a garantia de direitos, bem como a proteção daqueles participantes.

5.1.1 O papel dos recursos humanos no desenvolvimento das ações

O trabalho social com famílias depende de profissionais de diferentes áreas, coletivamente buscam contribuir para superar situações de vulnerabilidade e fortalecer as condições familiares daqueles inseridos no âmbito do PAIF. Para esse fazer a equipe técnica do CRAS – Santa Maria é composta por três psicólogos, seis assistentes sociais, e seis educadores sociais, além da equipe administrativa. A equipe de referência do CRAS é constituída por profissionais qualificados, comprometidos com o sistema de garantia de direitos. Por isso, a importância de uma equipe interdisciplinar, cujo objetivo comum de apoiar e contribuir para

superação das situações de vulnerabilidade e fortalecimento das famílias usuárias dos serviços ofertadas no CRAS.

Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários (BRASIL, 2006, p. 14).

Os técnicos que compõem a Equipe de Referência do CRAS – Santa Maria atendem ao que está descrito na NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2006), vez que foram admitidos através de concurso público. Em assim sendo é importante salientar que é fundamental para o bom funcionamento e acompanhamento dos serviços ofertados no CRAS, a baixa rotatividade de servidores, para que haja continuidade, eficácia e efetividade dos serviços e ações.

Desta forma a equipe de profissionais em conjunto referencia os serviços da seguinte forma: Para a organização do SCFV, são responsáveis pela execução do trabalho Psicólogos, Assistentes Sociais e Educadores Sociais.

Encontramos na NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2006) a descrição do técnico de referência como sendo o profissional de nível superior do CRAS responsável pelo acompanhamento das famílias de crianças e adolescentes que frequentam o SCFV e pelo apoio ao trabalho realizado pelo orientador social. Cabe salientar alguns destaques alusivos à função do técnico de referência:

- a) Conhecer as situações de vulnerabilidade social e de risco para as famílias beneficiárias de transferência de renda (BPC, Programa Bolsa Família e outras) e as potencialidades do território de abrangência do CRAS;
- b) Acolher, ofertar informações e encaminhar as famílias usuárias do CRAS;
- c) Mediar os processos grupais do Serviço para famílias;
- d) Realizar atendimento individualizado e visitas domiciliares a famílias referenciadas ao CRAS;
- e) Acompanhar os Grupos sob sua responsabilidade; Prestar esclarecimentos aos órgãos de fiscalização sempre que demandado (BRASIL, 2006)

Cada técnico responsável pelo serviço trabalha em conjunto com os educadores que desempenham as ações socioeducativas.

O Orientador Social é responsável, em conjunto com os facilitadores de Oficinas, pelo planejamento de atividades a serem desenvolvidas em função das demandas específicas dos usuários, articulando-as aos diferentes atores envolvidos no trabalho e às crianças e aos adolescentes do(s) grupo(s). No caso das ofertas mistas, deve, ainda, manter reuniões regulares com os profissionais responsáveis pelas demais ofertas, bem como recolher informações de frequência junto a esses profissionais (BRASIL, 2006, p.64).

O orientador social é o mesmo que um educador social, este profissional desenvolve atividades com aqueles que estão inseridos nas atividades socioeducativas. É profissional de nível médio, que atende aos requisitos para o cargo descritos na NOB-RH/SUAS de 2006. É importante destacar que o Orientador Social é o principal profissional do Serviço, portanto deverá dedicar mais tempo ao(s) grupo (s), especialmente aqueles formados por crianças mais novas (BRASIL, 2010, p.69). No âmbito das atribuições do orientador social destacam-se:

- a) mediar os processos grupais do Serviço, sob orientação do órgão gestor;
- b) participar de atividades de planejamento, juntamente com a equipe de trabalho responsável pela execução;
- c) atuar como referência para crianças e adolescentes;
- d) identificar e encaminhar famílias para o técnico da equipe de referência do CRAS;

No desenvolvimento das atividades encontramos em Brasil (2006), a figura do facilitador de oficinas, que em trabalho conjunto com os orientadores sociais desempenham as atividades socioeducativas.

O Orientador Social e o Facilitador de Oficinas deverão atuar diretamente no desenvolvimento pessoal e social dos usuários, sendo a atuação de ambos fundamental, visto que são os responsáveis diretos pelas atividades junto às crianças e aos adolescentes no(s) grupo(s). É preciso atentar para a adequação do perfil desses profissionais às demandas por atividades, que deve guardar conformidade com a cultura, a realidade local e a faixa etária dos participantes do(s) Grupo(s). Além disso, esses profissionais deverão ter habilidades para conduzir situações específicas que forem apresentadas pelos usuários no(s) grupo(s) (BRASIL, 2010, p. 62, grifos do autor).

A equipe de técnicos, conta com o desenvolvimento de oficinas com os participantes do serviço, a fim de fortalecer suas potencialidades. Um exemplo disso a execução de Oficina de Contação de História, que tem como objetivo atender a adolescentes inscritos no SCFV com idade entre 15 a 17 anos que inseridos no Serviço de Convivência do CRAS, bem como nas conveniadas. Nesta ocasião os adolescentes que frequentam os períodos da manhã e tarde tiveram a oportunidade do contato

com um profissional contador de histórias que os orientou na leitura e nas técnicas para a contação histórias. Este trabalho trouxe para as atividades novos olhares, visto que muitos não têm a oportunidade de acesso às atividades culturais. Ao final do projeto os participantes das oficinas participaram de uma contação de histórias na Biblioteca Pública Infantil de Sergipe.

Com estas parcerias pode-se identificar que todos serão beneficiados, pois ao despertar nos adolescentes o interesse pela leitura, os mesmos treinam com os demais participantes que não tiveram a oportunidade de participar do projeto.

No capítulo seguinte são explanadas através da metodologia a indicação do local, população estudada e tipo de pesquisa realizada.

6 METODOLOGIA

O espaço amostral foi o SCFV do CRAS-Santa Maria, local de atividades profissionais desta autora. O universo da pesquisa foram as mães e responsáveis pelas crianças participantes das atividades desenvolvidas no SCFV do CRAS-Santa Maria.

O CRAS do bairro Santa Maria (1º Distrito), em Aracaju, está localizado à Av. Principal, nº 2577. Atende no período em que se deu a pesquisa eram atendidas as famílias do bairro Santa Maria, composto pela população do 17 de Março, Jardim Recreio, Jardim Santa Maria, Padre Pedro, Valadares, Prainha, Invasão Santa Maria, Marivan e adjacências. Conforme o censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população deste bairro é de 33.475 habitantes, o que equivale a 5,87% da população aracajuana (IBGE, 2010).

A pesquisa desenvolvida adotou a estratégia de um estudo de caso como meio para se atingir o objetivo, vez que o estudo de caso é bastante utilizado no campo das ciências sociais. Segundo Gil (2007, p. 54), o estudo de caso é encarado como adequado para investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos. Para o citado autor o estudo de caso apresenta diferentes propósitos, tais como:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e

- e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

Neste sentido Yin (2010) afirma que a estratégia do estudo de caso é geralmente usada quando as questões de interesse do estudo referem-se ao como e ao porquê; quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos; e quando o foco se dirige a um fenômeno contemporâneo em um contexto natural.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista do tipo padronizada ou estruturada, cujo roteiro encontra-se apresentado no Apêndice A. Para Moresi (2003, p. 29) a entrevista “é a obtenção de informações de um entrevistado, sobre determinado assunto ou problema. A entrevista pode ser: - padronizada ou estruturada: roteiro previamente estabelecido; - despadronizada ou não-estruturada: não existe rigidez de roteiro”. Para o citado autor através da entrevista podem-se explorar mais amplamente algumas questões.

Na entrevista, como em qualquer trabalho, exige atenção para a maneira como serão realizadas as perguntas aos entrevistados. Para tanto o entrevistador, precavido, direcionará as perguntas para que não se distancie do objetivo inicial.

A princípio foi realizada a busca ativa nas famílias, procedimento este que consistiu em analisar as famílias para identificar quais na sua composição possuíam crianças com a idade entre 0 e 6 anos. Identificadas essas famílias, foi realizado um cronograma de visita domiciliar, a fim de apresentar o SCFV 0 a 6 anos, e na oportunidade feito o convite para todas as famílias visitadas. Em seguida, foi solicitado o comparecimento dos responsáveis para que pudessem ser obtidas a documentação necessária para abertura do PAIF, além da identificação das necessidades de cada família e encaminhamentos necessários.

Esse procedimento permitiu ao profissional identificar dados como composição familiar, renda, grau de escolaridade dos participantes. Permitiu também a identificação das necessidades que a família pode apresentar e assim, realizar a garantia de benefícios e encaminhamentos necessários para cada família.

Quando da realização das entrevistas de atualização, foi mostrado para as responsáveis os objetivos do projeto, que é o fortalecimento de vínculos, também foi exposto de qual forma funcionaria esse fortalecimento. Sendo inicialmente abordado em sala utilizada como biblioteca da instituição, local amplo, arejado e iluminado, onde aconteceram os encontros. Nesse momento do projeto foram abordados os temas que se mostravam relevantes para discussão com as famílias, das formas que esses vínculos poderiam ser estreitados e das questões que viessem a surgir. A autora inicialmente trabalhava os temas solicitados e estabelecidos previamente, em seguida as mães passavam a participar das ações que a educadora trabalhava com as crianças, em sala paralela a da biblioteca.

Importante salientar que os encontros não aconteciam exclusivamente separados, pois, na maior parte do tempo eram realizadas atividades que fortaleciam o vínculo. Os encontros em separado aconteciam quando da necessidade de temas específicos em que se fazia necessário uma abordagem mais individual.

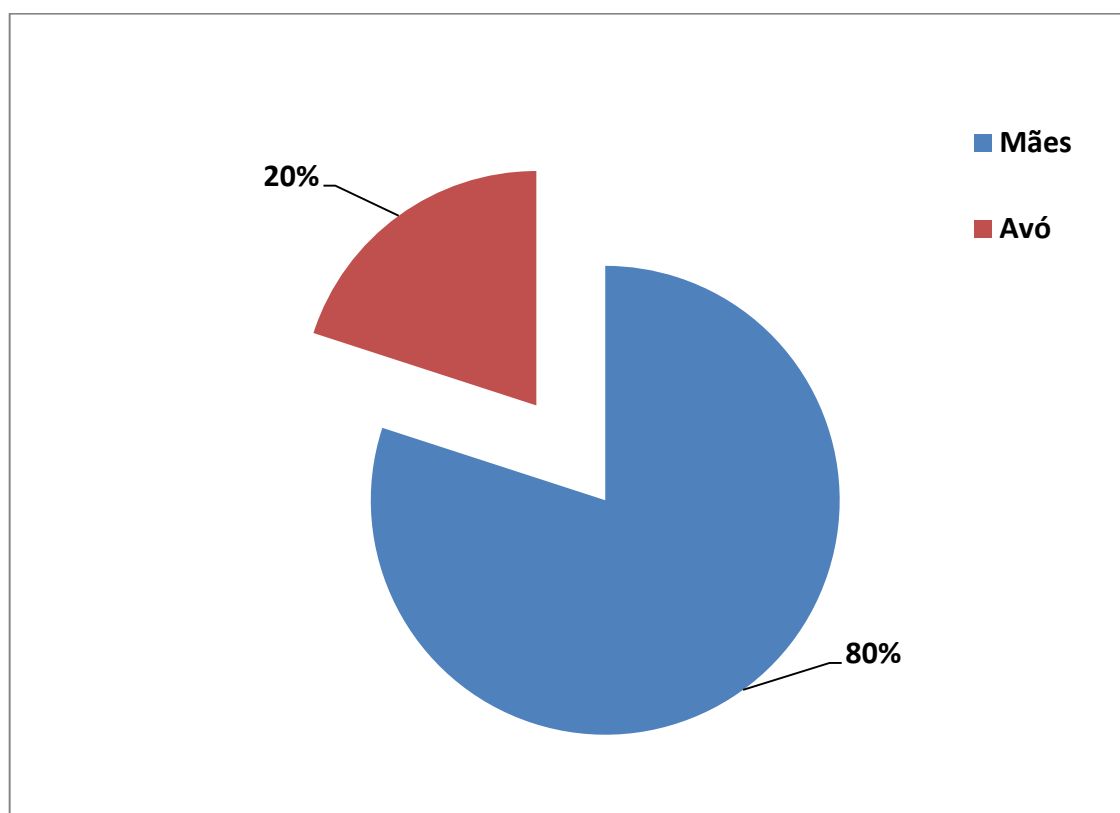
O SCFV está associado ao serviço de PAIF. Este serviço busca prevenir situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A seguir são apresentadas a análise dos dados fornecidos no momento da entrevista com as mães e responsáveis, bem como o que dizem as ideias de autores que tratam do tema, um diálogo entre entrevistadas e autores.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para compreender a influência dos responsáveis na formação do leitor durante primeiro semestre de 2014, foram entrevistadas cinco pessoas que frequentavam as atividades do CRAS na ocasião da pesquisa, onde quatro eram mães e uma avó, conforme evidenciado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Perfil dos entrevistados



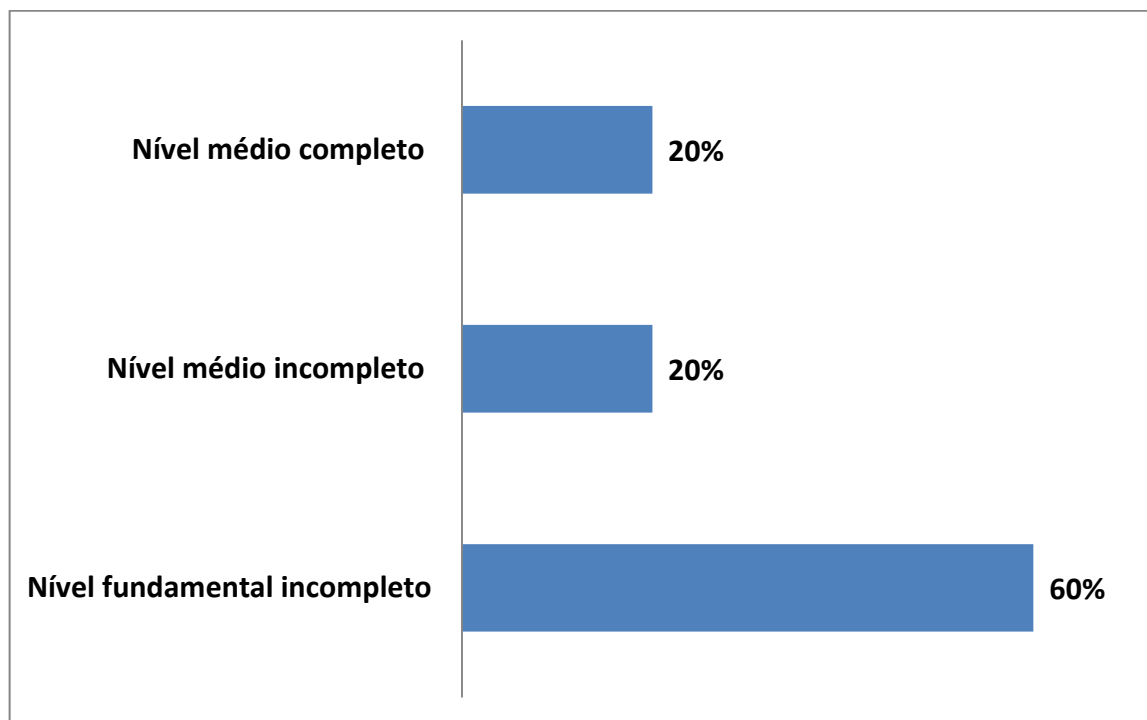
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Dentre estas três possuíam nível fundamental incompleto, uma nível médio incompleto e apenas uma nível médio completo, conforme Gráfico 2. Para Bamberger (1991, p. 71), “através da educação dos pais (noites de palestras, televisão, livros especiais, conversas com o professor etc.), estes aprendem a reconhecer que o ensino da leitura começa no primeiro ano de vida da criança”.

Os pais são os maiores incentivadores de uma criança, e isso é importante que fique claro, pois as crianças costumam aprender através de modelos, é observar e copiar

os modelos. Assim, os atos de leitura que a criança observar em meio familiar auxiliaram no incentivo ao hábito da leitura.

Gráfico 2 – Nível de escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Para identificar a rotina das famílias, as entrevistadas foram indagadas sobre o que gostam de fazer nas horas vagas, onde passear, ir a praia e escrever foram as atividades expressas por 100% e apenas a que possui maior nível de escolaridade disse que a leitura é um hábito em sua rotina. Esta realidade está de acordo com as ideias de Bamberger (1991), quando o mesmo expressa que se o pai e a mãe lerem os livros dos filhos de vez em quando, isso não só os incentivará a ler como também proporcionará uma base para discussão.

A falta de tempo é hoje um empecilho para que possa estimular o hábito da leitura. A sociedade encontra-se cada vez ocupada, muitos tendem a estender suas jornadas de trabalho para complementar a renda da família, e no seu tempo livre, estão afazeres domésticos, aos cuidados com os filhos ou mesmo o descanso merecido do dia.

É notório que muitos dos que abandonam as instituições de ensino tentam voltar para a conclusão, porém, com todos os contratempos vividos, acabam por adiar mais uma vez, dando prioridade aquilo que trará renda imediata.

Essa interação através da dedicação, da observação aos interesses dos seus filhos fortalece em contrapartida de uma maneira positiva a relação entre pais e filhos, como mostra Smith (1999, p. 120). Ouvir histórias lidas pelos familiares; respeitar quando o pai está lendo o jornal; são situações que demonstram a presença de um leitor e que despertam o interesse pela leitura nas crianças.

Não existe idade para desenvolver o hábito de leitura, embora o ideal seja começar desde a idade escolar inicial (Educação Infantil), pois quanto mais cedo mais fácil aceitar o hábito. Muitos Pais tem suas vidas atribuladas, e pouco dedicam-se a ouvir seus filhos, dar-lhes atenção, contando histórias, ou mesmo sentados no chão dedicando algum tempo aqueles que vibram aos menor sinal do nosso encontro.

Segundo Dinorah (1995) a maioria dos pais, no entanto, premidos por uma sociedade injusta, a exigírlhes os maiores sacrifícios para sobreviverem, não dispõe de tempo para a família e muitas vezes não estão preparados para fazer de seus filhos leitores. Muitos pais dedicam-se a dar melhores condições de vida a seus filhos, que por vezes substituem o tempo que poderiam dedicar a realizar atividades e inteirar-se dos interesses destes.

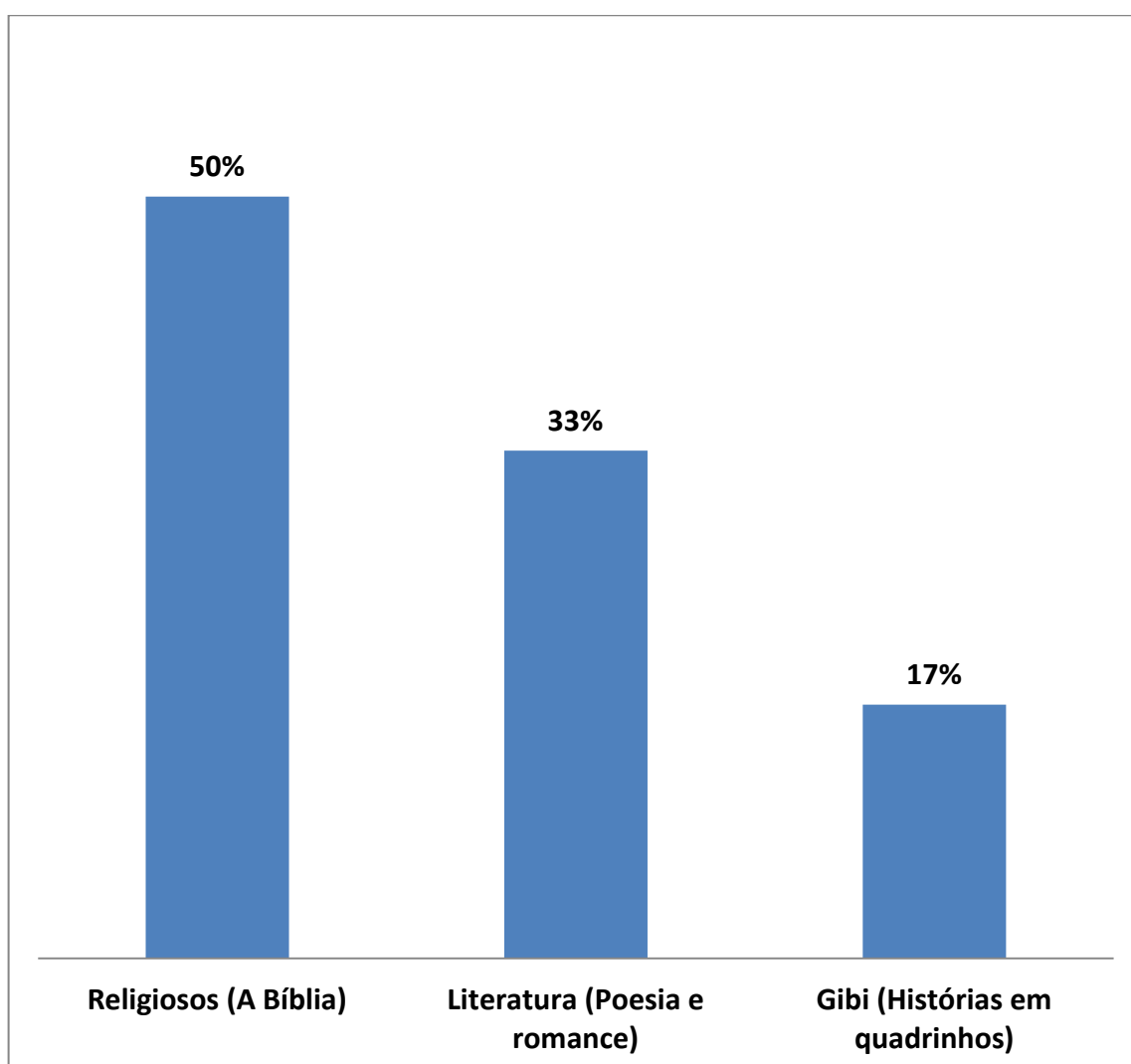
É interessante observar que na pergunta referente ao gostar de ler 60% das entrevistadas disseram que gostavam muito e 40% pouco da atividade da leitura. Para Bamberger (1991, p. 32) “a primeira motivação para ler é simplesmente a alegria de praticar habilidades recém-adquiridas, o prazer da atividade intelectual recém descoberta e do domínio de uma habilidade mecânica”.

No tocante as dificuldades que perpassam o ato de ler, tomando como base os Retratos da Leitura no Brasil onde tais dificuldades são evidenciadas, as entrevistadas foram questionadas se existiam motivos que dificultavam o hábito da leitura, tais como ler muito devagar, não ter paciência, problemas de visão ou limitação, falta de concentração, não compreensão do que está sendo lido ou não

saber ler. As entrevistadas informaram não possuir nenhuma dificuldade que impossibilitasse ou dificultasse o hábito da leitura. Contudo, apesar de não haver dificuldades no ato de ler, é notório que o hábito da leitura não se faz presente na rotina das entrevistadas.

Dentre os gêneros mais lidos pelas entrevistadas a bíblia foi o livro citado majoritariamente por 3 delas. O gibi (1 entrevistada), a poesia / romance (2 entrevistada), além do conteúdo passado pelos professores em sala de aula, foram outros gêneros citados conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 - Gêneros mais lidos pelas entrevistadas



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao item mais evidente, a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, nos mostra que a Bíblia Sagrada é o livro mais lido e lembrado no mundo, Fernandes (2016) diz que: “a Bíblia é o álibi perfeito para os não leitores e leitores de ocasião”. Livros religiosos, espiritualismo, fabulas e os de auto ajuda, encontram-se na lista dos mais vendidos, um dos exemplares na lista dos brasileiros mais lidos é o Livro Ágape, de Marcelo Rossi, a obra chega a ser apontada como sendo a segunda obra mais vendida, a primeira ainda continua sendo a Bíblia.

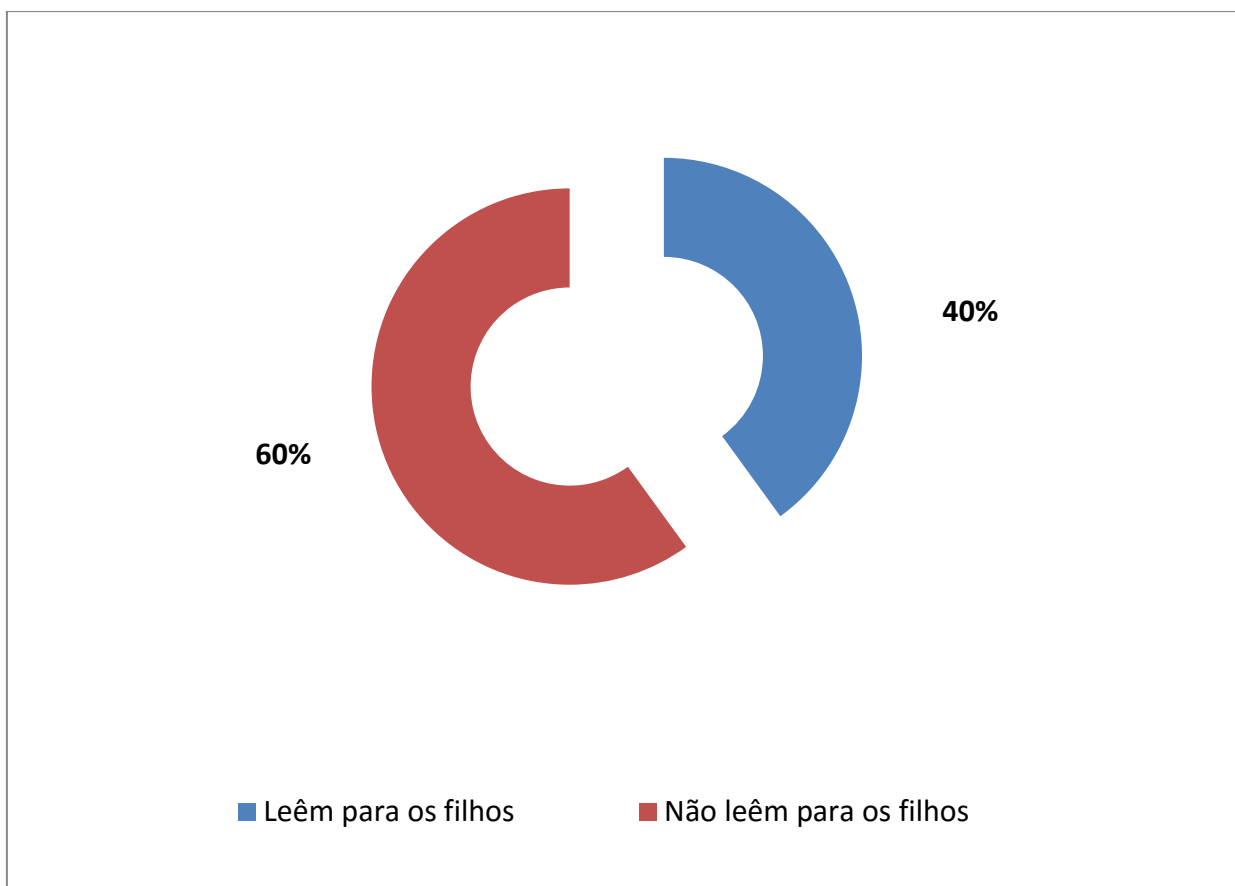
Fernandes (2016) justifica a leitura da bíblia por muitos leitores por ter uma nação católica do mundo e por sermos um país de evangélicos somando cerca de 30% da população. Acrescenta ainda que muitas pessoas utilizam-se do bíblia por não saber qual o ultimo livro que leu, apenas como forma de livra-se das perguntas dos seu entrevistador. E por fim diz que, todos os canais que poderiam fortalecer o hábito da leitura como as escolas, igrejas, as redes sócias e universidades acabam por estimular a leitura fragmentada, trechos de obras. 100% das entrevistadas disseram possuir livros em casa, porém os gêneros não foram especificados.

A ida a biblioteca seria algo que poderia fomentar o hábito da leitura, porém as entrevistadas disseram que atualmente não frequentam esses espaços. Apenas 1 delas evidenciou que a biblioteca que frequentou estava localizada no seu bairro, as demais alegaram não possuir bibliotecas nos seus referidos bairros.

Mesmo com a presença das bibliotecas nas cidades, ainda é possível identificar em uma breve pesquisa que o número de indivíduos que não frequentam, ou mesmo nunca frequentaram é consideravelmente grande. Não existe um interesse da população em conhecer as obras contidas naquele local possa interessá-lo. Para muitos, ler, frequentar um espaço de acesso a informação não tem significado.

Sobre o ato de ler para seus filhos 2 entrevistadas disseram conservar o hábito e 3 disseram que não leem para seus filhos, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 – O ato de ler com os filhos



Fonte: Dados da pesquisa.

Sabendo da importância do ato da leitura Tonatto (2010, p. 6) diz que, “com paciência é possível fazer com que as crianças tomem gosto pela leitura. Porém, não deve ser nada forçado, ao contrário, deve ser um ato de amor”. É muito importante que os pais leia para seus filhos e junto a eles.

Bastam alguns minutos por dia, ou a cada dois ou três dias, ou só no fim de semana...Não precisa – e nem pode – ser nada forçado ou complicado. Apenas um momento reservado regularmente para um adulto afetivo se sentar, abrir um bom livro e ler em voz alta. Para as crianças, é um momento para ouvir, sentir e fantasiar, como quiserem e puderem. Por isso, não vale cobrar nada deles. Elas ouvem historinhas cantarolando, andando, falando, mexendo e se mexendo e, às vezes, até vão para outros cômodos da casa sem pedir pausa na leitura. Não importa. Sua maneira de prestar atenção, seu ritmo, tudo é diferente. O que importa é a voz que conta o conto, que repete infinitas vezes um trecho a pedido do ouvinte, que responde às perguntas sem reclamar da “interrupção” KRIEGL (2002, p.10 apud TONATTO, 2010, p.6).

É sabido que o acesso a internet para muitos ainda é algo fora da realidade, isso pode ser observado nos dados das entrevistadas, destas 4 não possuem acesso a

internet e apenas 1 acessa via celular. No Brasil, segundo pesquisa realizada no ano de 2016. O número de brasileiro online é de 64,7% da população. Considerando que esta pesquisa se deu no ano de 2014, o número poderia ser ainda menor.

As inter-relações humanas perpassam o mundo virtual e o presencial, uma vez que ambos se inter-conectam e se influenciam mutuamente. As inovações tecnológicas deixam marcas nas culturas e influenciam novas formas de pensar, agir e de estar-no-mundo (VIDAL, 2016).

A seguir são apresentadas as considerações finais observadas pela autora no decorrer do desenvolvimentos desta pesquisa.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educar uma criança não é considerado uma das tarefas mais fáceis que temos a executar. Tão pouco, enquanto adulto, cheio de responsabilidade, necessitamos estar em constante aperfeiçoamento. Questionando nossas atitudes.

Importante salientar que não podemos deixar de considerar que o meio onde vivemos, os hábitos que cultivamos desde a infância nos influenciam nas decisões. O outro, independente de ser um familiar ou educador que está mais próximo a nós tem muito a induzir nas nossas ações.

O externo contribui para a formação da personalidade, e neste nosso estudo, na formação do leitor. Quando falamos em página em branco, não estamos sendo radicais, pois costumamos a nos aproximar daqueles que tem pensamentos e ações similares a nossa. Isso não significa dizer que somos influenciados em todas as nossas decisões, mas que costumamos ouvir uma segunda opinião, principalmente daqueles em que confiamos.

Esta confiança só poderá ser possível se houver uma relação em que esteja fortalecida. Os vínculos entre pais e filhos são em sua grande maioria verdadeiros.

Podemos concluir que muitas são as justificativas para que o hábito da leitura seja estimulado. Se priorizássemos a leitura desde os primeiros dias de vida, mesmo que a criança não entenda o que se diz, estaríamos criando um possível leitor.

A criança mantendo o contato com a leitura, podendo ser um de seus genitores, um familiar ou alguém a quem tem um contato, um bem querer já poderá ser assim estimulada. Hoje vivemos num mundo em que bons exemplos devem ser exaltados, e é através desse contato que poderíamos formar novos leitores. E acrescento ainda que: crianças aprendem com os modelos que as rodeiam, seja o pai, mãe, avó ou outro membro próximo.

Incentivar através de programas, projetos, rodas de leitura, bibliotecas, hora do conto e tantos outros que criam no participante, seja criança, jovem ou adulto o gosto pela leitura é fundamental . Não podemos deixar que se desperte o gosto pela leitura exclusivamente através da escola. Estimular o hábito da leitura é papel de todos. Muitos não conhecem se quer onde está localizada a biblioteca pública de sua cidade. Porém, não devemos culpar os cidadãos pela falta do gosto pela leitura. É necessário também manter um acervo compatível aos usuários que frequentam aquele equipamento, assim como, dar mais visibilidade das ações executadas.

As redes sociais tem papel importante na aproximação de muitos, mas por vezes distancia quem está próximo. Muitas vezes observamos de pessoas com mais experiência a seguinte frase: quando seu filho chamar para brincar, contar uma história, ver algo que produziu com carinho, vá. Largue o seu celular e dê a ele um pouco mais de atenção. Essa reflexão é muito importante na nossa atualidade. Pois muitas vezes nos deixamos levar e nos prendemos no que a tecnologia tem a nos oferecer. Deixando muitas vezes o bem mais precioso, nossos filhos a mercê do amor e carinho.

As noites na calçada a olhar o céu estrelado, num tempo em que energia elétrica não existia em algumas localidades, onde deitávamos sob a esteira, em frente a casa dos meus avós, ouvindo as histórias da nossa família , esse tempo, deu lugar as responsabilidade de adultos. Era uma oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a nossa história, de conhecer causos vividos ou criados, mas que em algum momento nos prendiam a atenção. Hoje, essas noites ficaram na lembrança, apenas lembrança... nossos avós se foram, nossos tios, alguns também, outros não tem mais esse “tempo”, pois encontram-se cuidando de novos afazeres, assim como primos e amigos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antenor. **A magia da arte de contar histórias**. Aracaju: Info Graphics, 2013.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito da leitura**. São Paulo: Ática, 1991.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. **Espaços e ambientes para leitura e informação**. Londrina: ABECIN, 2012.

BELO, André. **História & livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BERENBLUM, Andréa; PAIVA, Jane. **Por uma política de formação de leitores**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 35 p.
Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7262&Itemid=>. Acesso em: 20 ago. 2014.

BRASIL. **Lei n. 10.836 de 9 de janeiro de 2004**. Cria o programa bolsa família e dá outras providências.. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 29 ago. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos**: prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho infantil. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010. 131 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política nacional de assistência social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004. 60 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília, 2012. 45 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/eventos/Passo%20a%20Passo%20-%20Reordenamento%20SCFV.pdf>> Acesso em: 23 jul de 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de até 6 anos e suas**

famílias. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010. Disponível em: <http://www.fecam.org.br/arquivosbd/basico/0.793250001273164067_servico_de_convivencia_e_fortalecimento.pdf>. Acesso em 30 jun. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Sistema Único de Assistência Social. **Resolução nº 01 de 21 de fevereiro de 2013.** Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2013. Disponível em: <https://conferencianacional.files.wordpress.com/2013/12/cnas-2013-001-21-02-2013.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Sistema Único de Assistência Social. **Norma operacional básica da assistência social – NOB/SUAS:** construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/norma-operacional-basica-do-suas.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Sistema Único de Assistência Social. **Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS NOB-RH/SUAS.** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/gestaodotrabalho/arquivos/NormaOperacionaldeRH_SUAS.pdf/download>. Acesso em: 11 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Sistema Único de Assistência Social. **Bolsa família:** transferência de renda e apoio à família no acesso à educação e à assistência social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

CAMPELLO, Bernadete Santos (Org.). **A biblioteca escolar:** temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CASTRO, Eline Fernandes de. **A importância da leitura infantil para o desenvolvimento da criança.** [ca. 2007]. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Específica em Português) - Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, [ca. 2007]. Disponível em: <<http://www.zapmeta.com.br/c?u=http%3A%2F%2Fmeuartigo.brasilecola.com%2Feducacao%2Fa-importancia-literatura-infantil-para-desenvolvimento.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, Brasília, DF. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social.** Brasília, 2009.

FERNANDES, Sílvia Cristina; OLIVEIRA, Ana Arlinda. A literatura infantil no processo de formação do leitor. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, a. 4, v. 4, n. 7, p. 22-36, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/175/101>>. Acesso em: 6 set. 2014.

FLECK, Felícia de Oliveira. **O contador de histórias: uma nova profissão?** 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2007v12n23p216/404>>. Acesso em : 3set. 2014

FRANK, Marion. **É importante ler para crianças de até cinco anos?**. 2012. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/leitura/leitura-cinco-anos-716696.shtml>>. Acesso em: 3 set. 2014.

FURLAN, Rodrigo. **Leitura, mediação e formação de leitores**. 2012. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/letras/blog/leitura-media-o-e-forma-o-de-leitores>>. Acesso em: 26 abr.2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMIDE, Camilo. **O segredo das melhores bibliotecas**. 2013. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/leitura/melhores-bibliotecas-485917.shtml>>. Acesso em: 4 set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

JESUS, Andreia. et al. **Espaço de leitura em instituição informal: gibiteca**. Salvador, BA: Faculdade Dom Pedro II, 2016

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LINHARES, Carolina. **Como a biblioteca ajuda na formação de leitores**. 2012. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/leitura/funcao-biblioteca-705575.shtml>>. Acesso em: 3 set. 2014.

MAROTO, Lucia Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão: do espaço do castigo ao centro do fazer educativo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

MORESI, Eduardo (Org.). **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (organizadora). **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

OTTE, Monica Weingärtner; KOVÁCS, Anamaria. **A magia de contar histórias**. Florianópolis: Instituto Catarinense de Pós-Graduação, [ca. 2003]. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/67989000/A-Magia-de-Contar-Historias>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

PADILHA, Gabriela Fagundes. Souza, Fernanda. **LEITURA COMO PRÁTICA PARA A FORMAÇÃO DA CIDADANIA**. Santa Catarina, 2016. Disponível em: <

<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Gabriela-Fagundes-Padilha.pdf>> Acesso em: 23 ago.2018.

PIRES, Erik André de Nazaré. A importância do hábito da leitura na universidade. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 365-381, jul./dez., 2012. Disponível em: <<http://revista.acb.org.br/racb/article/viewFile/846/pdf>>. Acesso em: 3 set. 2014.

QUADROS, Deisily de; ROSA, Viviane Maria Cristine Dias. Formação de leitores: um dedo de prosa. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8.; CONGRESSO IBERO-AMERICANO SOBRE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS, 3., 2008, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Ed. Champagnat, 2008. p. 3545-3555. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/681_518.pdf>. Acesso em: 3 set. 2014.

SANTA ROSA, Caciací Santos de. **Leitura: uma porta aberta na formação do cidadão**. 2005. 11 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Normal Superior Anos Iniciais do Ensino Fundamental) – Faculdades Jorge Amado, Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-autorias/artigos/leitura%20-%20uma%20porta%20aberta....pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

SISTO, Celso. **A arte de contar história e sua importância no desenvolvimento infantil**. [ca. 2006]. Disponível em: <<http://www.artistasgauchos.com.br/celso/ensaios/artecontarhist.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2013.

SISTO, Celso. **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias**. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2005.

SLEMENSON, Maria; FRANK, Marion. **Como fazer uma criança pequena gostar de ler?**. 2013. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/leitura/como-fazer-crianca-pequena-gostar-ler-737349.shtml>>. Acesso em: 3 set. 2014.

STOCKER, Claudia Teresinha. **Os caminhos e descaminhos da leitura na aquisição do conhecimento**. Nova Friburgo: Êxito Brasil; Niterói: Intertexto, 2011.

STOCKER, Claudia. **O incentivo a leitura através da arte de contar histórias**. Curitiba: Appris, 2014.

STREHL, Letícia. **O bibliotecário e a promoção da leitura no contexto social brasileiro**. Artigo apresentado para conclusão da Disciplina Biblioteconomia no Brasil Contemporâneo, do 7º semestre do Curso de Biblioteconomia da UFRGS. [ca. 1996]. Disponível em: <http://chasqueweb.ufrgs.br/~leticiastrehl/promocao_leitura.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2014.

TONATTO, Regiane Cristina; DAROS, Thuinie Medeiros Vilela. O despertar do gosto pela leitura na visão dos pais. In: II simpósio nacional de educação, 2010, Foz do Iguaçu. **Infância, Sociedade e Educação**. Foz do Iguaçu, 2010.

VARELA, Aida Varela. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

VARGAS, Suzana. **Leitura**: uma aprendizagem de prazer. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

VIDAL, Mônica. A influência das inovações tecnológicas sobre o comportamento humano. 2016. Disponível em: <<http://monicavidalpsi.blogspot.com/2016/02/a-influencia-das-inovacoes-tecnologicas.html>>. Acesso em: 15 mai. 2016

VIEIRA, Letícia Alves. **Formação do leitor**: a família em questão. ([ca. 2002]). Disponível em: <<http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/308.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZORZI, Jaime L. et al. Aspectos spectos da formação de leitores leitores nas quatro séries iniciais iniciais do primeiro grau. **Rev. Psicopedagogia**. Pinheiros, v. 20, n.62, p. 189-201, 2003.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista

Local da Entrevista: _____

Data: ____/____/____

Identificação: Mãe () Pai () Familiar () Amigo () Outros ()

Idade: _____

Número de filhos: _____

Grau de Instrução: _____

1. O que gosta de fazer no seu tempo livre?

2. Você gosta de ler?

Gosta Muito () Gosta Pouco () Não Gosta () Não sabe ler ()

3. Quais as dificuldades que tem para ler?

Lê muito devagar ()

Não tem paciência para ler ()

Tem problemas de visão, ou outras limitações físicas ()

Não tem concentração suficiente para ler ()

Não compreende a maior parte do que lê ()

Não sabe ler ()

Não tem dificuldade nenhuma ()

4. O que você mais gosta de ler?
5. Você possui livro em casa?
6. Frequenta ou já frequentou uma biblioteca?
7. Costuma ler para seus filhos?
8. Tem acesso a internet?